

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE NO
FINAL DO SÉCULO XIX:**

a questão de Cuba através do Tratado de Paz de Paris e da Emenda Platt

Leivo Ortiz de Oliveira

PORTO ALEGRE

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE NO
FINAL DO SÉCULO XIX:**

a questão de Cuba através do Tratado de Paz de Paris e da Emenda Platt

Leivo Ortiz de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em História pelo Departamento de
História da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce

PORTO ALEGRE

2015

AGRADECIMENTOS

Nesta instante de encerramento de um ciclo, quero aproveitar e deixar registrado o meu agradecimento a todos, citados aqui ou não, que contribuíram para que este momento se concretizasse. Primeiramente, sou grato à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter tido a oportunidade de usufruir deste ambiente por tanto tempo, que me proporcionou um crescimento como ser humano muito mais importante do que um título acadêmico, que considero uma consequência (também importante) de minha formação como cidadão. Isto foi possível pelos anos de aprendizagem e experiências que tive nos ambientes do IFCH. Não tenho dúvida de que minha percepção do mundo ao meu redor seria muito distinta (e mais pobre) se eu não tivesse a oportunidade de conviver com este ambiente tão enriquecedor.

Quero agradecer também a todos os docentes que, de uma forma ou outra, tiveram sua parcela de contribuição para isso. Também agradeço aos Técnicos Administrativos da UFRGS e discentes que, juntamente com os professores, fazem o IFCH ser o que é. Nesta esteira, um agradecimento especial para o Prof. Mathias Luce, que, mesmo sem me conhecer muito bem, apenas como um aluno (regular) de História da América III, aceitou prontamente meu convite para ser o orientador deste trabalho. Da mesma forma, agradeço aos membros da banca examinadora, Professores Arthur Lima de Ávila e Luiz Dario Teixeira Ribeiro, que despenderam tempo para avaliar o presente trabalho e participar de todo o processo de avaliação. É uma honra tê-los em minha banca de avaliação.

Meus sinceros agradecimentos à minha família (mãe e irmãs, sobrinhas e sobrinho), pois são parte do que sou, e a minha trajetória de vida sempre esteve e estará ligada a eles, e tenho muito orgulho disso.

Por fim, peço licença para tentar sintetizar em poucas palavras a importância da minha amada companheira para que este trabalho e tudo mais na minha vida seja possível. Muito obrigado, Sandrinha, por me auxiliar em todos os âmbitos da minha existência e compartilhar comigo os teus dias. Tu sabes que és mais que uma esposa, pois te considero muito além disso. Nestes mais de 17 anos de convivência, crescemos juntos! *Querida, você é uma rocha sobre a qual eu me sustento.*

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E A AMÉRICA LATINA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	12
1.1 Os EUA e o imperialismo do monopólio capitalista do final do século XIX.....	12
1.2 O imperialismo regional estadunidense durante o século XIX	15
1.3 As características da postura imperialista norte-americana sobre a América Latina e Caribe do início do século XIX até a década de 1860 e após a Guerra Civil estadunidense.....	17
CAPÍTULO II – A INVESTIDA ESTADUNIDENSE SOBRE OS TERRITÓRIOS COLONIAIS DA ESPANHA NO CARIBE: A AFIRMAÇÃO DE UM NOVO PODER IMPERIALISTA.....	21
2.1 Nascimento do imperialismo estadunidense, as condições que possibilitaram o surgimento de uma nova potência capitalista.....	21
2.2 O antigo interesse sobre territórios no Caribe, especialmente a ilha de Cuba.....	24
2.3 A retomada dos ideais expansionistas dos EUA após o fim da Guerra Civil.....	26
2.4 A influência das ideias de Alfred Thayer Mahan na expansão militar (principalmente naval) dos EUA.....	29
2.5 Década de 1890: os EUA se dedicam à retirada do Império Espanhol da América Latina, através das tentativas de compra dos territórios coloniais do Caribe, da pressão diplomática e da ameaça do uso da força.....	32

2.6 Últimas tentativas de compra de Cuba pelos EUA e a opção pela guerra contra a Espanha.....	35
CAPÍTULO III – CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA HISPANO-AMERICANA PARA A INDEPENDÊNCIA DE CUBA: O TRATADO DE PAZ DE PARIS E A EMENDA PLATT.....	
	39
3.1 A declaração de guerra contra a Espanha e a rápida vitória norte-americana.....	39
3.2 A vitória estadunidense proporciona a cedência de territórios do império espanhol através do Tratado de Paz de Paris.....	41
3.3 Emenda Platt: a independência condicionada de Cuba - 1902.....	46
3.4 O Tratado de Reciprocidade Comercial entre Cuba e EUA, derivação da Emenda Platt.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
ANEXO I - PROTOCOLO DE PAZ DE AGOSTO DE 1898.....	60
ANEXO II - TRATADO DE PAZ ENTRE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMERICA Y EL REINO DE ESPAÑA, 1898.....	61
ANEXO III - LA ENMIENDA PLATT, 1902	65
ANEXO IV -TRATADO DE RECIPRODICAD COMERCIAL ENTRE LA REPÚBLICA DE CUBA Y LOS ESTADOS UNIDOS DE AMERICA, 1903	66

Resumo

O presente trabalho faz uma análise da política externa estadunidense para a América Latina e Caribe, utilizando como foco principal da pesquisa o estudo do expansionismo e intervencionismo imperialistas dos EUA na sua relação com a ilha de Cuba. Para a execução desta tarefa, foi realizada uma breve contextualização das condições que possibilitaram o desenvolvimento do imperialismo estadunidense e do seu permanente objetivo de adquirir o domínio sobre a ilha caribenha.

Procura-se demonstrar, através da análise do Tratado de Paz de Paris (1898), da Emenda Platt e do Tratado de Reciprocidade Comercial Cuba-EUA (1902), a ingerência imperialista norte-americana sobre o território cubano durante o processo de sua independência frente ao decadente Império da Espanha. Evidencia-se também, a ampla dominação imperialista estadunidense sobre a ilha, que se segue com o término da guerra Hispano-Americana e o início da ocupação militar dos EUA (1898-1902) em Cuba, que resulta em grandes dificuldades políticas e econômicas para o novo país durante as primeiras décadas do século XX.

O trabalho, secundariamente, também procura demonstrar que a virada do século XIX para o XX foi um momento de alteração da política externa norte-americana, que se configura para obter uma maior influência geopolítica em nível mundial, a partir da consolidação de sua hegemonia continental. Processo que se concretiza após as duas grandes guerras mundiais do século XX.

Palavras-chave: imperialismo estadunidense, expansionismo, intervencionismo, Tratado de Paz de Paris, Emenda Platt, independência de Cuba

Abstract

This study analyzes the US foreign policy toward Latin America and the Caribbean, using as the main focus of the research the study of expansionism and US imperialist intervention in their relationship with the island of Cuba. To carry out this task, a brief background of the conditions that enabled the development of US imperialism and its permanent goal to acquire mastery over the Caribbean island it was held.

It seeks to demonstrate, by analyzing the Peace Treaty of Paris (1898), of the Platt Amendment and the Treaty of Reciprocity Commercial Cuba-USA (1902), the US imperialist interference in Cuban territory during the process of independence against the decadent empire of Spain. It is evident also, the broad US imperialist domination over the island, following with the end of the Spanish-American War and the beginning of the US military occupation (1898-1902) in Cuba, resulting in major political and economic difficulties to the new country during the first decades of the twentieth century.

The work, secondarily, also argues that the turn of the nineteenth to the twentieth century was a time of change in US foreign policy, which is configured for greater geopolitical influence worldwide from the consolidation of its continental hegemony. Process that is achieved after the two world wars of the twentieth century.

Keywords: US imperialism, expansionism, intervention, Peace Treaty of Paris, Platt Amendment, independence of Cuba

INTRODUÇÃO

O dia 17 de dezembro de 2014 foi simbólico e representativo para a história das relações entre EUA e Cuba, e também para toda a América Latina e Caribe. Neste dia, em comunicado simultâneo, o governante estadunidense Barack Obama e o presidente de Cuba, Raul Castro, informaram ao mundo oficialmente, que os dois Estados estavam envolvidos em tratativas de um acordo para a retomada das relações diplomáticas entre os países, interrompidas em 1961, logo após o sucesso da revolução comandada pelo irmão mais velho do atual mandatário cubano, Fidel Castro.

Este acontecimento traz novamente à luz, de forma mais intensa, o debate sobre uma vasta, complexa e rica história: a relação entre os EUA e a América Latina e Caribe e, especificamente, entre aquele e o pequeno (em termos territoriais) Estado de Cuba. O interesse estadunidense sobre a ilha caribenha perpassa praticamente toda a história contemporânea, desde a independência das treze colônias britânicas.

Da mesma forma, a luta do povo cubano para enfrentar os interesses externos e conquistar sua independência persiste desde meados do século XIX, com as batalhas para obter a independência frente ao Império espanhol. E ainda, após deixar de ser colônia espanhola, continua sua luta pela soberania frente à ocupação estadunidense, que ocorre no final do século XIX, e a qual prossegue durante os primeiros anos do século XX, após a independência formal de Cuba. Pois, mesmo após a retirada das tropas, em 1902, ocorrem várias intervenções militares dos EUA em território cubano durante as primeiras décadas desde a independência do país.

A história de Cuba, essencialmente ligada ao gigante norte-americano, e a relação entre estes dois países é um retrato do nascimento, expansão e consolidação do imperialismo estadunidense. É também, um exemplo da luta dos povos da América Latina e Caribe para conquistar a sua autodeterminação, e do quanto esta luta, no decorrer de mais de duzentos anos, ainda não está terminada. As armas podem hoje ser outras, os combates deixaram de ser no âmbito militar nas últimas décadas, mas o objetivo do povo latino-americano ainda é o mesmo, conquistar o direito de ser livre e decidir seu próprio destino.

No contexto atual, de reaproximação diplomática entre Cuba e EUA, analisar a intervenção norte-americana no processo de independência cubana, no final do século XIX, pode auxiliar para a compreensão da conjuntura atual. Pesquisar os acontecimentos desde a guerra de independência de 1895, contra o poder colonial espanhol, passando pela guerra entre EUA e Espanha, suas consequências para Cuba e os objetivos dos Estados Unidos da América do Norte neste conflito segue pertinente.

A vitória relativamente fácil dos EUA na guerra contra o Império espanhol e a consequente intervenção em Cuba, a partir da retirada da Espanha da região do Caribe (com a perda também de Porto Rico), retratou o sucesso dos EUA no seu intento de expandir sua zona de influência econômica e política sobre a América Latina, se tornando o grande poder imperialista da região.

No final do século XIX, a ilha cubana foi uma espécie de “tubo de ensaio” para a emergente potência imperialista testar sua força. Mas também foi um exemplo de que, mesmo um país de território ínfimo, perante um poderoso Estado, tão próximo geograficamente, continuou sua luta por independência e verdadeira soberania. Mesmo sofrendo com sessenta anos de neocolonialismo, *que se estendeu dos planos econômico e político ao social e cultural, para se transformar numa dependência global*¹, a partir da intervenção norte-americana, o povo cubano, irrisignado, não se submeteu ao jugo e continuou a luta por sua independência, que durou quase um século, de meados do século XIX até o triunfo da revolução de 1959.

Este trabalho tem como objetivo analisar a influência da política expansionista do imperialismo estadunidense no processo de independência de Cuba frente à Espanha e o quanto a intervenção dos EUA em todos os aspectos da vida cubana, a partir da ocupação militar após o fim da guerra Hispano-Americana, dificultou a institucionalização política e o desenvolvimento econômico do país, cenário que só se altera após a revolução de 1959 e o consequente rompimento total das relações entre os dois países, em 1961. Para isso, foi feita uma análise do Tratado de Paz de Paris, após a derrota da Espanha na guerra com os EUA, e suas consequências nefastas para a luta de independência cubana, que estava em curso naquele momento.

¹ Sader, Emir. A Revolução Cubana. Um socialismo em construção. Petrópolis, Vozes, 2001, p. 11

Também será analisada a *Emenda Platt*, imposta pelos EUA como condição para a retirada de suas tropas da ilha e permitir que Cuba se tornasse um país “independente”. Este documento irá impossibilitar que a almejada independência da ilha se torne efetiva, pois a imposição da Emenda, que se torna apêndice da Constituição do Estado cubano, cria em Cuba uma “pseudo-república”² dominada pelos EUA política e economicamente, mesmo após sua independência. Por último, abordaremos os efeitos do Tratado de Reciprocidade Comercial entre Cuba e EUA para o (sub)desenvolvimento econômico cubano.

O intervencionismo imperialista estadunidense em Cuba perdurou ao longo do tempo, porque a emenda Platt “*ainda que tenha sido repelida em 1934, teve um efeito nocivo sobre o desenvolvimento político de Cuba durante as três primeiras décadas da República, e anuviou as relações entre EUA e Cuba até o fim do século XX*”.³ Além disso, a inovação jurídica ocasionada com o advento da citada emenda impulsionou a expansão imperialista estadunidense pois esta “*...foi um dos documentos definidores da era imperial. A sua influência perdurou muito depois de ter sido formalmente revogada*”.⁴

O trabalho está dividido em três capítulos. Na primeira parte foi realizada uma delimitação do conceito de imperialismo para sua utilização no contexto da pesquisa sobre a relação imperialista dos EUA com a América Latina e Caribe, enfatizando o caso cubano. O estudo em tela irá percorrer todo o século XIX, mas se concentrará nos últimos anos da década de 1890, e os primeiros anos do século XX. Para realizar esta fundamentação teórica, foram utilizados como obras principais o livro “Imperialismo, estágio superior do capitalismo” (1917), de Vladimir Lenin e o livro “Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia” (2002), de Luis Fernando Ayerbe.

Em sua obra clássica, Lenin faz uma avaliação precisa do momento histórico da virada do século XIX para o XX, para compreender o imperialismo em sua nova forma (centrado no capital financeiro monopolista) sendo este o momento em que EUA ingressam no seleto grupo de potências imperialistas a nível global. Já Ayerbe trabalha com as relações interamericanas, mais precisamente com a relação dos EUA com a América Latina, a partir

² Gott, Richard. Cuba: uma nova história. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2006, p. 134

³ Gott, 2006, p. 133

⁴ Gott, 2006, p. 132

do último quartel do século XIX, obra que será importante para a delimitação teórica aqui proposta.

Para finalizar este primeiro capítulo utilizamos a obra “Las relaciones interamericanas: continuidades y cambios” (2008) de Luis Salazar e Tania Lorenzo, que faz uma interessante periodização da relação dos EUA com o restante do continente desde a revolução haitiana de 1804 até os dias atuais, com a guerra contra o terrorismo. Neste livro, nos concentramos no período compreendido entre o início e o fim do século XIX.

No segundo capítulo o intento será demonstrar a evolução histórica da consolidação dos EUA como uma potência hegemônica no continente. Ao mesmo tempo, procura-se evidenciar que, no decorrer de todo o período, o interesse sobre a ilha cubana sempre esteve na pauta dos governantes estadunidenses, procurando deixar claro que o controle de Cuba foi uma política de Estado norte-americana, percorrendo os diversos governos, de diferentes partidos, durante todo o século XIX.

Para isso, duas foram as principais obras pesquisadas. A primeira é “Cuba: uma nova história” (2006), de Richard Gott, onde o autor britânico trabalha com a história de Cuba desde o início da colonização até o século XXI. O livro de Gott foi muito importante para contextualizar as relações históricas de Cuba e EUA no período tratado nesta pesquisa.

Outra obra importantíssima para a realização deste capítulo foi o livro “La expansión territorial de los Estados Unidos: a expensas de España y de los países hispanoamericanos” (1964), do cubano Ramiro Guerra y Sánchez, que faz uma detalhada análise histórica do interesse norte-americano sobre Cuba e a evolução dos acontecimentos que culminam na guerra contra a Espanha. Este livro, por sua riqueza de detalhes, foi a base para a realização do segundo capítulo. Importante ressaltar a contribuição do volumoso trabalho do autor brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira em seu livro “Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque” (2005), que preencheu algumas lacunas durante a pesquisa que originou o capítulo II.

No terceiro e último capítulo, o trabalho se empenha na análise das consequências da Guerra Hispano-Americana para Cuba. Neste momento, a pesquisa se concentra no estudo das fontes primárias, ou seja, do Protocolo de Paz (de agosto de 1898), do Tratado de Paz de

Paris (1898), da Emenda Platt (1902) e do Tratado de Reciprocidade Comercial entre Cuba e EUA (1903). O conjunto destes documentos será determinante para que, no início do século XX, os EUA desponham como um emergente poder imperialista a nível mundial e para que Cuba se torne (apesar de sua independência formal) numa semi-colônia estadunidense, controlada completamente pelo poderoso Estado imperialista do continente americano, principalmente nos âmbitos político e econômico.

Para compreender os efeitos destes documentos na sociedade cubana da virada do século, foram utilizadas como obras basilares os livros de três autores cubanos, que, em conjunto, formam um panorama das consequências políticas e econômicas decorrentes destes diplomas para Cuba logo após sua independência. O primeiro destes autores é José Peraza Chapeau, que no seu livro “El Tratado de Paz de Paris: Breve estudio jurídico-político.” (1998), analisa o Tratado de Paz de Paris sob o viés jurídico e demonstra como o Tratado contou com cláusulas ilegais à luz do direito internacional da época. Além disso, Peraza Chapeau trabalha com as consequências para os envolvidos (Cuba, Porto Rico, Filipinas e Espanha) da ratificação do referido tratado.

Na análise da Emenda Platt e do Tratado de Reciprocidade Comercial, foram utilizadas as obras “Historia de la Enmienda Platt.” (1ª Ed. 1935), de Emilio Roig de Leuchsenring, e “Cuba: capitalismo dependiente y subdesarrollo: 1510-1959” (1972), de Francisco Lopez Segrera, respectivamente. O primeiro faz um levantamento histórico detalhado dos antecedentes e das consequências da Emenda Platt para Cuba, publicando seu livro apenas um ano após a revogação da citada emenda. Já Segrera, aborda o subdesenvolvimento econômico de Cuba desde o início da colonização até o momento da revolução de 1959. Para o período que nos interessa, o livro de Segrera evidencia os efeitos nefastos da Emenda Platt e do Tratado de Reciprocidade Comercial para a economia e para a sociedade cubana.

CAPÍTULO I

O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E A AMÉRICA LATINA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1 Os EUA e o imperialismo do monopólio capitalista do final do século XIX

Para a realização deste trabalho, foram utilizados como referencial teórico-metodológico os conceitos do materialismo histórico, em especial a teoria marxista do imperialismo. Assim, para a presente produção acadêmica, o referencial teórico e a metodologia de análise dos dados tiveram como base o arcabouço teórico marxista na análise do imperialismo estadunidense durante a segunda metade do século XIX. Esta abordagem foi a base para analisarmos o imperialismo estadunidense em suas características anteriores aos dois grandes conflitos mundiais, mais precisamente na sua relação com os países da América Latina e Caribe, ao longo do século XIX, e os primeiros anos do século XX.

Como base fundamental de conceituação e significado do termo, foi utilizada a obra de Vladimir Lenin, que em seu clássico livro sobre o assunto, *“Imperialismo, estágio superior do capitalismo”*, lançado na segunda década do século XX, faz uma análise precisa e pormenorizada da conjuntura geopolítica e econômica da época (final do século XIX e princípio do XX). Através de uma ampla pesquisa de dados econômicos e políticos da época, além de rigoroso estudo teórico sobre o tema, Lenin argumenta que *“o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista”*⁵, sendo o monopólio *“um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento”*.⁶ Essa perspectiva se torna adequada para o caso estadunidense, que conta na virada do século XIX para o XX com um grande potencial industrial (o mais poderoso parque industrial daquele momento), com alta concentração monopolista da produção e do capital financeiro. Este

⁵ Lenin, V. I..Imperialismo, estágio superior do capitalismo. Expressão Popular, 2012, p. 165

⁶ Ibidem

último, conforme Lenin, “*constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista*”⁷.

Os EUA contam, já neste período, com grandes corporações bancárias (monopólios financeiros), que necessitam de mercados para a expansão de investimentos de seus lucros, através de inversões financeiras e concessão de empréstimos para corporações capitalistas (privadas e estatais) que tomarão para si os meios de produção dos territórios conquistados ou dominados politicamente, sendo, no caso de Cuba, a produção açucareira o exemplo mais pertinente deste fato.⁸

Aprofundando a ideia de Lenin sobre o imperialismo, utilizamos a afirmação do autor que cita:

O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que provocam, em toda a parte, a tendência para a dominação, e não para a liberdade. Reação em toda a cadeia, seja qual for o regime político, acirramento extremo das contradições também nesta esfera: tal é o resultado desta tendência. Intensifica-se também, particularmente, a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação).⁹

Não cabe aqui adentrar no intenso debate entre os teóricos contemporâneos de Lenin, como Kautsky¹⁰, Hobson¹¹ ou Rosa de Luxemburgo¹², que se dedicaram, assim como o primeiro, na tentativa de analisar e explicar o imperialismo em sua nova fase (imperialismo pautado no capital financeiro monopolista) e as diferenças e convergências de visões entre estes teóricos sobre qual o estágio do capitalismo esta espécie de imperialismo se colocava. Para tangenciar desta controvérsia, tomamos como base o entendimento de Ayerbe sobre o problema:

Em relação à consonância entre fatos e modelo teórico, as várias análises, favoráveis ou não, coincidem num ponto: entre o último quartel do século XIX e o começo do XX, as relações internacionais se pautam pelo expansionismo das grandes potências e a luta dos monopólios pelo controle dos mercados, o que configura uma fase diferente do capitalismo. Isso não

⁷ Lenin, 2012. p. 55

⁸Para um aprofundamento sobre o tema ver a obra “*Comercio y poder. Relaciones cubano-hispano-norteamericanas en torno a 1898*”. Casa de las Américas, 1998, de Oscar Zanetti Lecuona, 1997.

⁹ Lenin, 2012, p. 163

¹⁰ Kautsky, K.. *Imperialism*, 1914

¹¹ Hobson, J. A.. *Imperialism: a study*. London, 1902

¹² Luxemburgo, Rosa. *The Accumulation of Capital*, 1913

significa consenso com a previsão de colapso geral implícita nos termos "estágio superior" ou "fase final", mas reconhece uma mudança qualitativa.¹³

A investida imperialista estadunidense sobre a América Latina e Caribe, e especificamente para o nosso estudo, sobre Cuba, insere-se neste contexto. Assim, a interferência norte-americana na luta cubana pela independência tem como principal motivação a necessidade de expansão territorial para seus investimentos e obtenção de matérias-primas. Para Ayerbe, *“no início do século XX, os Estados Unidos aparecem como uma potência econômica de primeira ordem, com uma política externa que define como objetivo prioritário a hegemonia no continente americano.”*¹⁴. Este autor também destaca três dimensões da relação estadunidense com a América Latina, que se inserem perfeitamente no contexto de nossa análise da relação dos EUA com Cuba:

a) As relações econômicas, destacando a expansão do capitalismo norte-americano na América Latina. b) A articulação entre interesses privados (mercado) e interesses nacionais (Estado) na formulação da agenda de segurança e da política externa dos Estados Unidos para o hemisfério. c) A interação entre os grupos dominantes dos Estados Unidos e da América Latina.¹⁵

Esta conjuntura, entre outras consequências para os países da região, sempre trouxe como forte possibilidade a anexação de Cuba como parte do território norte-americano, assim como ocorreu com o Havaí, Porto Rico e Filipinas (os dois últimos após o final da guerra Hispano-Americana, como resultado deste conflito), pois a ilha cubana era considerada estratégica para o projeto de hegemonia estadunidense na região. A anexação não se materializa devido, principalmente, aos vários fatores políticos internos dos EUA, que serão abordados no desenvolvimento do trabalho.

Nesta esteira, o sociólogo francês, Jean Pierre Fichou, em seu livro que analisa a sociedade e a cultura estadunidense, afirma, sobre o expansionismo norte-americano:

Esta forma de expansionismo ditada pela lei do lucro frisa certamente o imperialismo: é necessário adquirir matérias-primas que faltam ao continente (cana-de-açúcar) ou que não são renováveis (petróleo) [...] é preciso admitir que alguns países (México, América Central em geral) são uma fonte

¹³ Ayerbe, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia. São Paulo, Editora da UNESP, 2002. p. 59

¹⁴ Ayerbe, 2002. p. 54

¹⁵ Ayerbe, 2002. p. 60

cômoda de aprovisionamento. Na falta de fazer colônias, é preciso ao menos assegurar ali uma ordem propícia ao comércio.¹⁶

Além disso, Cuba, especificamente, sempre despertou especial atenção dos EUA, que consideravam desde sempre a ilha caribenha como primordial para a segurança do seu território e ponto estratégico das rotas navais, importantes para a expansão de seu comércio ultramarino, como veremos mais adiante.

1.2 O imperialismo regional estadunidense durante o século XIX

No campo da ciência histórica, podemos considerar majoritária a ideia de que os EUA, nos primórdios de sua formação como nação independente, no final do século XVIII, até o advento da 1ª Guerra Mundial, se caracterizaram na sua política externa como um país isolacionista, aproveitando para isso a condição propiciada pelo seu distanciamento geográfico com relação às grandes potências do velho mundo, o que assegurava relativa segurança no que tange aos conflitos entre as grandes nações concentradas no continente europeu na época. Entretanto, “*na história norte-americana, o isolacionismo nunca significou uma retirada dos assuntos mundiais, mas a manutenção da máxima quantidade de margem de manobra que, por vezes, faz uso de posturas unilaterais e intervencionistas*”¹⁷. Para Pecequillo, o isolacionismo estava conjugado com uma postura unilateral nas suas relações externas, o que possibilitava a manutenção de sua autonomia perante as potências europeias do século XIX, através da ausência de alianças comprometedoras de sua autonomia nas relações internacionais. Quando estas ocorriam, eram pontuais e referentes a situações específicas de interesse mútuo, circunscritas ao objetivo comum.

Este cenário inicia uma mudança mais tangível a partir da 1ª Guerra Mundial e se altera por completo após o término da 2ª Guerra Mundial e a consequente reorganização política global. A partir de então centrada nos Estados Unidos da América do Norte como principal potência política e econômica planetária.

Com relação à América Latina e Caribe, essa política isolacionista estadunidense nunca existiu. Ressalta-se que, com esta afirmação, não há pretensão de refutar, obviamente, o que a historiografia, na sua maior parte, consolidou. Pelo contrário, além de ir ao encontro

¹⁶ Fichou, Jean-Pierre. *A Civilização Americana*. Papirus Editora, 1990, p. 109

¹⁷ Pecequillo, Cristina Soreanu. *Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2003, p. 50

deste posicionamento, o objetivo deste trabalho é ressaltar a atitude expansionista e de intervenção contínua estadunidense com relação ao destino dos países latino-americanos e caribenhos durante o final do século XIX e início do XX.

Para isso, foi utilizado como estudo de caso a tomada das últimas colônias espanholas no continente, mais especificamente o caso cubano, que, durante a luta por sua independência, sofreu a invasão militar norte-americana em 1898, que perduraria pelos próximos quatro anos de forma ininterrupta, e intercaladamente durante as três primeiras décadas do século XX, em recorrentes intervenções militares. Atitude que consideramos, mais que intervencionista ou expansionista, um caso típico de imperialismo regional.

Tal fato é determinante para que o processo de independência cubana, iminente no final do século XIX, após mais de três décadas de luta para conquistá-la, fosse frustrado pois, apesar de Cuba não ser formalmente anexada pelos EUA, esteve numa situação semi-colonial até a vitória revolucionária de 1959. A atitude intervencionista norte-americana já se fazia presente no continente com a consolidação da Doutrina Monroe, anunciada em 1823. A partir deste momento, a postura deste país com relação aos vizinhos se pautou por uma política expansionista e uma prática intervencionista permanente nos assuntos internos dos povos ao sul de seu território.

Desta forma, percebe-se que os EUA mantêm, durante o século XIX, uma postura isolacionista e unilateral frente aos países do velho mundo, identificada pelo fato de que aquele não tinha como prática a celebração de qualquer aliança ou acordo permanente, no que concerne às relações internacionais, com estes países. Ou ainda, não explicitaria qualquer posicionamento favorável ou desfavorável aos Estados europeus, em permanente conflito político-militar entre eles, acentuado durante a nova onda colonialista da segunda metade do século XIX.

Esta atitude estadunidense frente aos desafios da geopolítica global foi alterada, como já dissemos, a partir do seu envolvimento na 1ª Guerra Mundial, e se modifica por completo após o fim da 2ª Guerra Mundial, quando, perante uma Europa fortemente afetada estruturalmente, como consequência dos destrutivos conflitos, os EUA emergem como a

grande potência política e econômica do mundo, assumindo a liderança nas decisões globais a partir de então.

Sob a ótica dos países latino-americanos e caribenhos, este viés isolacionista não ocorre em nenhum momento da trajetória da relação destes com os EUA, a partir das suas independências. Nesta região, o expansionismo norte-americano sempre esteve no horizonte como uma possibilidade e realidade concreta, que se intensificava na mesma proporção da proximidade geográfica destes países com relação ao território estadunidense. O México foi, dentre os países soberanos da região, talvez o mais (e mais precocemente) afetado pelo ímpeto expansionista dos EUA já que, com a tomada do Texas e de outros vastos territórios do norte mexicano, após a guerra entre estes países, a soberania mexicana esteve por muito tempo sob ameaça, ocasionada pela possibilidade de intervenções norte-americanas nos seus assuntos domésticos.

Analisando historicamente, o expansionismo norte-americano sobre a América Latina e o Caribe se mostrava muito provável e uma questão de tempo, já que as treze colônias contavam com menos de cem anos de independência e já possuíam, na metade do século XIX, uma extensão territorial infinitamente maior do que a original de 1776, partindo de uma estreita faixa do leste do continente para ocupar grande parte do território norte-americano, chegando até as bordas do pacífico, no extremo oeste continental.

1.3 As características da postura imperialista norte-americana sobre a América Latina e Caribe do início do século XIX até a década de 1860 e após a Guerra Civil estadunidense

Na periodização das relações interamericanas, mais precisamente entre EUA e América Latina e Caribe, proposta por Luis Suárez Salazar y Tania García Lorenzo¹⁸, estes demonstram a ingerência dos EUA sobre os territórios ao sul de suas fronteiras, que ocorre desde o início do século XIX. Os autores evidenciam que desde a Revolução Haitiana (1804) até a Guerra de Secessão estadunidense (1861-1865), a política norte-americana com relação aos vizinhos caribenhos e latino-americanos se pautou, além dos anseios anexionistas (ilha cubana), e expansionistas (compra de territórios coloniais da França e tomada militar de grande parte do México), por uma permanente política de *“injerencia oficial estadounidense*

¹⁸ Salazar, Luis Suárez. Las relaciones interamericanas : continuidades y cambios / Luis Suárez Salazar y Tania García Lorenzo. 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008

en los múltiples conflictos y sucesivas guerras civiles”¹⁹ que ocorriam nestes territórios que (não na sua totalidade pois, no Caribe havia a luta haitiana contra a França, além de outras ilhas sob domínio britânico, como por exemplo, a Jamaica) lutavam por sua independência do Império da Espanha.

Esta ingerência colaborou para o insucesso de uma maior integração dos povos das Américas, planejada através das confederações de países latino-americanos que se formavam naquele período como *“las Provincias Unidas del Río de la Plata (Argentina, Paraguay, Uruguay y parte del territorio de Bolivia), de la República de Colombia (integrada hasta 1831 por los actuales territorios de Colombia, Ecuador, Panamá y Venezuela), de la fugaz Confederación Peruano-Boliviana y la República Federal de Centroamérica, integrada hasta 1840 por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras y Nicaragua”*²⁰. Além disso, a política imperialista estadunidense conjugada com a prática de uma *“cooperación antagónica” de EE.UU. con las potencias europeas con intereses en el hemisferio occidental*”²¹ contribuíram para a instabilidade política da região, que traria repercussões de longo prazo para os países recém independentes do continente.

Após o fim da Guerra Civil dos EUA, conforme Salazar e Lorenzo, a segunda metade do século XIX foi marcada por forte intervencionismo norte-americano nos assuntos internos dos países do sul do continente. Com o objetivo de defender os interesses norte-americanos, sempre que um país caminhava em direção contrária do que, política e economicamente, seria benéfico para o imperialista vizinho do norte, os EUA interviriam, como ocorre, por exemplo, na Argentina em 1890, no Chile e Haiti em 1891, Nicarágua em 1894 e Colômbia (região do Panamá) em 1895, citando apenas alguns acontecimentos da década de 1890, anteriores ao caso cubano de 1898 .

Esta postura intervencionista, com frequentes desembarques de forças militares estadunidenses em países da região, se intensifica a partir do relativo insucesso dos planos de integração econômica e política entre os Estados americanos, planejados pelos EUA, que foram tentados na última década do século XIX, com a Primeira Conferência Internacional

¹⁹ Salazar e Lorenzo, 2008, P. 39

²⁰ Salazar e Lorenzo, 2008, P. 39

²¹ Idem

de Estados Americanos²², ocorrida em Washington entre outubro de 1889 e abril de 1890, e a tentativa, em 1891, de institucionalizar uma União Aduaneira Americana²³.

Apesar do fracasso deste objetivo, as pressões diplomáticas dos EUA sobre os países do Caribe e América Latina tiveram, ainda assim, efeitos prejudiciais para a consolidação de uma plena soberania destes Estados e para uma melhor integração latino-americana, que objetivavam enfrentar as ameaças imperialistas do poderoso vizinho norte-americano.

Por ende, y a pesar de los magros resultados de las dos conferencias “panamericanas” ya mencionadas, sus acuerdos objetivamente debilitaron aún más las intermitentes e infructuosas gestiones que habían realizado en las décadas precedentes diversos gobiernos latinoamericanos “para unirse frente a las amenazas externas a su independencia²⁴.

Nesta perspectiva, a análise do avanço imperialista estadunidense sobre a América Latina, e especificamente no nosso estudo, sobre Cuba, está intimamente relacionada à política permanente dos EUA de conquistar a hegemonia política e econômica sobre a região, além de, na medida do possível, conforme o que a conjuntura do momento permitia, um expansionismo territorial rumo ao sul do continente. Neste contexto, os EUA também iniciam a consolidação de rotas marítimas em direção à Ásia, através do domínio do Pacífico, pela expansão de seu poderio naval-militar.

Esse processo foi possível (e necessário) pelo vultoso desenvolvimento da economia capitalista estadunidense, aqui retratado no advento de uma nova grande potência econômica e militar já na virada para o século XX. Neste sentido, Hobsbawm afirma que “*não há como negar que a pressão do capital à procura de investimentos mais lucrativos, bem como a da produção à procura de mercados, contribuíram para as políticas expansionistas - inclusive a conquista colonial*”²⁵. O historiador cita também a fala de um funcionário do Departamento de Estado estadunidense em 1900, que afirma que a expansão territorial, “*não é senão o subproduto da expansão do comércio*”²⁶, que exemplifica os objetivos geopolíticos de seu país sobre a América Latina e Caribe.

²² Para um maior detalhamento sobre esta Conferência ver “*El Panamericanismo: su evolucion historica y esencia*”. Academia de Ciencias de la URSS. Moscú, 1982. p. 64-75; “*Martí e as duas Américas*”. Pedro Pablo Rodríguez. Expressão Popular, 2006; “*Nuestra América*”. José Martí. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.

²³ Salazar e Lorenzo, 2008, p. 55

²⁴ Salazar e Lorenzo, 2008, p. 56

²⁵ Hobsbawm, Eric J. A Era dos Impérios 1875-1914. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988, p. 30

²⁶ Hobsbaawm, p. 31

O início da mudança deste dualismo entre isolacionismo com relação aos Estados europeus e um imperialismo regional ocorrerá a partir da decisão norte-americana de expulsar a Espanha do continente, com a perda desta de suas últimas colônias na região. Para isso, a guerra Hispano-Americana, que origina o Tratado de Paz de Paris e a intervenção estadunidense em território cubano serão o ponto de virada desta postura, conjugada com a Emenda Platt, que reforçará este novo momento da política externa dos EUA.

Neste contexto, a consolidação de sua hegemonia sobre o continente americano, concomitante com a tomada de territórios no Oceano Pacífico, como o Havá e as Filipinas, caracterizam um novo nível da geopolítica norte-americana, pois a partir daí, os EUA gradualmente começam a angariar influência, força política e confiança para uma expansão além do continente, sendo a garantia de rotas marítimas para o mercado asiático um objetivo próximo.

Em outra frente neste momento (o que é de maior relevância para esta pesquisa), a Emenda Platt, imposta durante a ocupação de Cuba e que condicionou a independência formal do país, sendo um apêndice de sua constituição, vai consolidar ainda mais o viés imperialista da política dos EUA com relação aos países centro-americanos. Esta política irá atingir diretamente a luta cubana pela sua soberania.

No próximo capítulo será discutida a investida do ascendente poder imperialista sobre Cuba do final do século XIX. Além disso, serão abordados o desenvolvimento econômico e territorial estadunidense e o permanente interesse norte-americano em conquistar o território cubano, que ocorre desde os primórdios da independência dos EUA.

CAPÍTULO II

A INVESTIDA ESTADUNIDENSE SOBRE OS TERRITÓRIOS COLONIAIS DA ESPANHA NO CARIBE: A AFIRMAÇÃO DE UM NOVO PODER IMPERIALISTA

2.1 O nascimento do imperialismo estadunidense: as condições que possibilitaram o surgimento de uma nova potência capitalista

O período final do século XIX, mais precisamente a sua última década, é decisivo para uma mudança de postura dos EUA na geopolítica mundial. Desde o fim do processo de ocupação dos territórios a oeste, seja através da compra, da anexação ou de acordo de guerras provocadas e vencidas pelos EUA, a tendência expansionista estadunidense se volta para territórios ao sul de sua recente configuração fronteiriça.

Entre os anos 1803, quando da compra do imenso território da Louisiana junto à França napoleônica, e 1867, ano em que o território do Alasca é adquirido da Rússia Czarista, passando pela tomada de boa parte do México, através da colonização do atual estado do Texas e da conseqüente Guerra do México (1845 – 1848), da tomada de territórios indígenas pelo uso indiscriminado de seu poder bélico (que causou incontáveis perdas de vidas entre os indígenas e a extinção de muitos povos) e da compra da Flórida junto à Espanha, os EUA aumentam exponencialmente seu território, que torna-se continental. Num período de pouco mais de sessenta anos, as treze colônias que originalmente formaram os Estados Unidos da América do Norte se transformam num dos maiores países em extensão territorial no mundo. Além disso, ocorre uma forte e rápida escalada econômica e demográfica, que foram causa e consequência da expansão territorial norte-americana.

A partir deste momento, e com a predominância política e econômica do norte industrializado, após o fim da Guerra Civil (1861 – 1865), todo o poderio econômico desta nova nação (contando no momento do fim da guerra com menos de cem anos de independência), possibilita o que também é visto pelos seus governantes como uma

necessidade: a expansão de sua zona de influência e de mercado para seus produtos além de suas fronteiras, já que, na segunda metade do século XIX, os EUA já eram uma das grandes potências industriais do mundo. Como consequência, a busca de matérias-primas e de novos mercados para a expansão comercial seria primordial para a manutenção de seu forte crescimento econômico.

Neste contexto, a América Latina é o foco preferencial deste expansionismo territorial, e o Caribe em especial, pela sua proximidade e característica geográfica, além das fragilidades política e institucional da região, acaba sendo o foco das experiências expansionistas deste ascendente poder imperial.

Desde a concepção da Doutrina Monroe²⁷, em 1823, a ideia que o continente americano era zona de influência e predominância exclusiva dos EUA estava estabelecida na elite política estadunidense. Além disso, o Caribe, e especialmente o território da ilha de Cuba, era ambicionado pelo gigante do norte desde as primeiras décadas do século XIX.

Essas ilhas são apêndices naturais do continente norte-americano, e uma delas – quase visível a olho nu de nossas costas – tornou-se, por muitas considerações, um objetivo de importância transcendente para os interesses comerciais e políticos de nossa União. Sua posição de domínio em relação ao Golfo do México e aos mares das Índias Ocidentais, sua situação a meio caminho entre a nossa costa meridional e a Ilha de San Domingo, seu porto seguro e espaçoso em Havana, em frente à nossa extensa linha costeira destituída dessas mesmas vantagens, a natureza de sua produção e de suas necessidades, fornecendo os suprimentos e carecendo dos retornos de um comércio imensamente lucrativo e reciprocamente benéfico, lhe dão uma importância no total dos nossos interesses nacionais com que nenhum outro território estrangeiro pode ser comparado, e pouco inferior àquela que mantém os diferentes membros desta nação.[...]

Há leis da política como há leis da gravitação física. E se uma maçã, separada de sua árvore nativa pela tempestade, não pode escolher, mas

²⁷ A Doutrina Monroe foi articulada na sétima mensagem anual do presidente James Monroe ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823. As potências europeias, de acordo com Monroe, seriam obrigadas a respeitar o Hemisfério Ocidental como esfera de interesse dos Estados Unidos. James Monroe, em sua mensagem anual ao Congresso, de 1823, advertiu as potências européias para não interferir nos assuntos dos países do continente americano. Compreensivelmente, os Estados Unidos sempre tiveram um interesse especial em seus vizinhos mais próximos: as nações do Hemisfério Ocidental. Da mesma forma, este interesse nem sempre foi visto com bons olhos pelas outras nações americanas. A Doutrina Monroe é a política norte-americana mais conhecida para a América. Enterrado em uma mensagem anual de rotina entregue ao Congresso pelo presidente James Monroe, a doutrina adverte nações europeias que os Estados Unidos não tolerariam mais colonização ou monarcas fantoches na região. A Doutrina Monroe foi concebida para atender às principais preocupações daquele momento, mas logo se tornou uma palavra de ordem da política dos EUA no Hemisfério Ocidental. (tradução minha).
Fonte: <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=true&doc=23>. Acesso em outubro de 2015.

apenas cair ao chão, Cuba, por força desligada do seu vínculo não natural com a Espanha, e incapaz de se auto-sustentar, só pode gravitar na direção da União Norte-Americana, a qual, pela mesma lei da natureza, não pode segregá-la do seu seio.²⁸

A anexação de Cuba sempre esteve no horizonte da política estadunidense ao longo do século XIX, e as tentativas de compra da ilha junto ao governo espanhol foram inúmeras neste período. E a recusa do Império espanhol de se desfazer da “Jóia da Coroa” também foi recorrente, mesmo com a ameaça velada de interferência militar norte-americana durante as muitas discussões diplomáticas sobre o tema.

Antes de adentrar no foco principal desta pesquisa, ou seja, a interferência dos EUA sobre o destino de Cuba, dentro de sua política imperial expansionista, cabe lembrar que o primeiro caso de conquista territorial deste novo poder imperialista na década de 1890, ocorre muito distante de sua “zona de influência direta”. Em 1898 o congresso aprova formalmente a anexação do Havaí, que havia sido invadido por tropas norte-americanas em 1893. A ilha do Pacífico se torna o primeiro caso de conquista estadunidense de um território extracontinental com o claro objetivo de facilitar a busca de novos mercados e presença geopolítica para a sua expansão comercial, sendo um meio de garantir sua influência político-militar e econômica sobre países do continente asiático, através da implantação de bases militares próximas à região. O controle deste território seria, também, um facilitador para as rotas comerciais estadunidenses através do Pacífico, para chegar ao mercado asiático.

A partir da década de 1890, os EUA reforçam o antigo objetivo de ter o domínio da ilha cubana, se não como parte da União, como um território sob seu controle político e, principalmente, econômico. No último caso, o objetivo já estava mais próximo neste momento, visto que os EUA já haviam suplantado a Espanha como principal destino para os produtos cubanos no final do século, o que ocasiona a transferência da dependência econômica de Cuba da sua decadente metrópole para o já poderoso país vizinho.

Estados Unidos era ya, en las décadas finales del siglo XIX, el principal socio comercial de Cuba. [...] este intercambio se concentraba de forma

²⁸ Carta de John Quincy Adams, secretário de Estado dos EUA, a Hugh Nelson, representante estadunidense em Madri, 23 de abril de 1832, citado em: JOHNSON, Willis. *The History of Cuba*, New York, 1920, vol. 2, p. 261-262. In GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2006. Apêndice A, p. 365.

abrumadora en las compras norteamericanas de productos cubanos – principalmente azúcar.²⁹

Para implementar também o domínio político e territorial sobre a ilha, haveria necessidade de negociar de alguma forma com o agonizante Império da Espanha, que, naquele momento, ainda detinha como colônias no Caribe as ilhas de Cuba e de Porto Rico, além de territórios no Oceano Pacífico. Este intento perpassa boa parte do século XIX, podendo ser considerado um objetivo de Estado, pois esteve presente em distintas administrações, dos diferentes partidos que se alternaram no poder dos EUA durante o século XIX.

2.2 O antigo interesse sobre territórios no Caribe, especialmente a ilha de Cuba

O território cubano foi foco do interesse estadunidense desde os primórdios desta nação, pois já no início do século XIX recorrentemente emergia a pauta sobre a compra da ilha pelos EUA, ideia sempre rechaçada pela Espanha. Segundo Gott, “*os (norte) americanos estiveram interessados em Cuba desde 1776, e discutiram ocasionalmente o futuro da ilha com outras partes interessadas.*”³⁰

Este interesse se fez crescer na medida da expansão econômica e da consolidação de seu território no decorrer do século seguinte da sua independência. Gott demonstra que o declínio do império espanhol na América Latina também colabora para isso pois, “*durante os anos 1820, quando a Espanha estava sendo forçada a sair do continente latino-americano, os EUA agiram resolutamente no sentido de tornarem-se atores na cena cubana.*”³¹

Neste contexto, o objetivo inicial era de adquirir a ilha, dentro da visão de que aquela porção de terras caribenhas deveria pertencer ao Estado norte-americano, pois era tida como sua fronteira natural, e indispensável para a sua segurança no Golfo do México.³² A questão da segurança de seu território e de suas rotas comerciais é vista, neste momento (início do século XIX), como fundamental para o interesse estadunidense sobre a região, expressada também na Doutrina Monroe, anunciada pelo presidente James Monroe, em 1823.

²⁹ Lecuona, Oscar Zanetti. Comercio y Poder - relaciones cubano-hispano-norteamericanas en torno a 1898. Fondo Editorial Casa de las Américas, 1998, p. 67

³⁰ Gott, 2006, p. 75

³¹ Idem.

³² Moniz Bandeira, Luiz Alberto. Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005, p. 46

Já na década de 1840, a anexação de Cuba era um claro objetivo norte-americano. Depois da recente tomada de territórios do México, da compra da Lousiana e da Flórida, a compra ou a conquista da ilha cubana estava na pauta do dia. Motivados pela ideia do Destino Manifesto,³³ “*para muitos políticos e soldados norte-americanos, inspirados pelo slogan, a ilha era a próxima da lista*”.³⁴

Na metade do século XIX, a pressão para que a Espanha cedesse às investidas estadunidenses para se desfazer de Cuba estavam mais fortes do que nunca. Neste momento, a possibilidade de um conflito bélico para forçar a retirada espanhola do Caribe já era uma alternativa às tentativas frustradas de compra.

As instruções de 03 de abril de 1854, transmitidas a Pierre Soulé, ministro plenipotenciário em Madri e representante do espírito expansionista da Jovem América, pelo secretário de Estado, William Marcy, não escondiam o propósito de separar Cuba do domínio de Espanha ou de qualquer outra potência da Europa por qualquer meio, inclusive a provocação de guerra.³⁵

Esta política deu origem ao documento conhecido como Manifesto de Ostend (1854), que deixava claro que “*os EUA tentariam comprar Cuba da Espanha ou, se o esforço falhasse, tratariam de tomá-la pelas armas.*”³⁶. O que, conforme Moniz Bandeira³⁷, apenas não foi posto em prática devido à derrota do Partido Democrata nas eleições seguintes do legislativo, perdendo a maioria no congresso, o que demonstraria a contrariedade do povo estadunidense quanto à possibilidade de anexação da escravista Cuba, representada no desgaste gerado junto à opinião pública pela revogação do Compromisso de Missouri³⁸,

³³ Para delimitar a ideia do Destino Manifesto, utilizei o citado por Luis Fernando Ayerbe, 2002. p 52: A expansão territorial do período 1803 e 1853, que amplia os limites das treze colônias, inspirou-se ideologicamente no Destino Manifesto. Os Estados Unidos, dada a "excepcionalidade" do seu desenvolvimento político e econômico, seriam uma nação predestinada a promover os valores do seu modo de vida para fora das suas fronteiras, levando a liberdade e a prosperidade aos povos atrasados.

³⁴ Gott, 2006. p. 85

³⁵ Foner, 1963. In: Moniz Bandeira, 2009, p. 55

³⁶ Foner, 1963. In: Moniz Bandeira, 2009 p. 56

³⁷ Moniz Bandeira, 2009, p. 57

³⁸ Por meio do "Compromisso de Missouri" (1820), ficou estabelecido que os estados ao norte do paralelo 36°30' seriam emancipacionistas, e escravistas os colocados ao sul de tal linha. No entanto, em 1850, a Califórnia solicita sua entrada na União como estado abolicionista, apesar de se situar ao sul daquele paralelo. Houve protestos dos estados escravistas, sendo, por fim, acordado o denominado "Compromisso de 1850". em: COSTA, Iraci del Nero da e PIRES, Julio Manuel. O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas. Ed. EDUC - Editora da PUC-SP, 2014, p. 188

quando da sua substituição pelo “Compromisso de 1850”³⁹ naquele ano. Neste momento, a tensão crescente entre escravistas e abolicionistas nos EUA (que culminaria na guerra civil da década seguinte), dificultou uma tomada de decisão mais efetiva no projeto de aquisição da ilha, uma vez que a anexação de um território com sua economia baseada no trabalho escravo era um assunto de difícil consenso entre os políticos norte-americanos.

Em 1854, a oferta de compra da ilha de 100 milhões de dólares, proposta no ano de 1849, foi majorada para US\$ 130 milhões⁴⁰. Com as reiteradas recusas da Espanha para a venda de Cuba, o presidente dos EUA, Franklin Pierce “...fora aconselhado por seus embaixadores na Europa no sentido de que, se Madri continuasse recusando a oferta de venda, então, segundo todas as leis humanas e divinas, nós teremos razão em tirá-la à força da Espanha, se tivermos o poder para tanto”⁴¹

Nos anos seguintes, com a crescente tensão interna nos EUA, entre o sul escravista e agrícola e o norte abolicionista e industrializado, a questão cubana não recebe maiores atenções, devido, também, pelo contexto interno da ilha e sua economia tendo como base a mão-de-obra escrava. Esse panorama não colaborava para uma tomada de decisão na direção da anexação de Cuba no meio político estadunidense.

2.3 A retomada dos ideais expansionistas dos EUA após o fim da Guerra Civil

A Guerra de Secessão, na década de 1860, irá transformar profundamente a sociedade norte-americana e impulsionar ainda mais a pujante industrialização e o crescimento econômico dos EUA na segunda metade do século XIX. Esta conjuntura será decisiva para que, nos próximos anos, os EUA se transformem num país de grande poderio econômico, o que determina a busca de novos mercados e fontes de matérias-primas, o que faz necessário o abandono da sua política isolacionista perante os Impérios europeus, que procurava evitar conflitos (sejam eles bélicos ou mesmo diplomáticos) com as potências do velho mundo.

Até meados da década de 1860, quando o Norte vence a guerra civil (1865), os Estados Unidos estão preocupados fundamentalmente com sua fronteira interna. A expansão territorial consome a maior parte dos recursos humanos e capitais disponíveis. Na política externa, a orientação do país se

³⁹ "Compromisso de 1850": assegurando o livre arbítrio dos novos estados quanto à escravidão. Tal solução, entretanto, parece não ter sido satisfatória, pois o problema da escravatura nos territórios desempenhou papel crucial para conduzir à guerra. Op. cit.

⁴⁰ Gott, 2006, p. 86

⁴¹ Perez, Cuba and the United States, p. 44. Citado em: Gott, 2006, p. 86

pauta pelo isolacionismo, evitando o envolvimento nas disputas entre as potências européias.⁴²

Este processo de crescimento econômico vertiginoso também ocorre em países da Europa, sobretudo na Alemanha, que, da mesma forma que os EUA, se tornará nas próximas décadas, numa grande potência econômica e, por consequência, num poder imperialista. Juntos, EUA e Alemanha exercerão, a partir do final do século, o papel de liderança global, que cabia à Inglaterra no decorrer do século XIX.

O boom econômico que sucede à depressão entre os anos 1890 e 1914, conhecido como *belle époque*, é uma fase de expansão dos negócios e de prosperidade, fortemente influenciada pela reorganização do capitalismo...

As inovações tecnológicas aceleram a diferenciação entre países industrializados e de economia agropastoril. Aumentam a população, o consumo, a urbanização e a renda do setor assalariado nos países mais desenvolvidos.

Esses fatores, em conjunto, contribuem para tornar esses países mais dependentes do fornecimento de matérias-primas, na medida em que se multiplica a demanda tanto da indústria como do consumo de massa, exigindo cada vez mais o controle das fontes de fornecimento de produtos primários, especialmente as situadas na África, Ásia e América Latina.⁴³

Os EUA, neste momento, terão seu foco expansionista voltado para o sul do continente, mais precisamente para a América Central e Caribe. Para isso, a escalada militar vai ser vista como uma necessidade para que o país possa ter maior influência na geopolítica global, em especial, neste momento, para assegurar que o continente americano como um todo esteja sob seu exclusivo domínio, político e econômico. O que ensejará, obrigatoriamente, manobras diplomáticas e ameaças de conflitos com as potências europeias que planejavam se manter ou penetrar na América Latina, através de uma nova onda colonialista que ocorre no fim do século XIX. Este contexto determinará uma nova investida sobre a tão almejada ilha de Cuba.

A retomada do interesse estadunidense sobre a região ocorre já no ano de 1879⁴⁴ após a autorização da Colômbia para o construtor francês Ferdinand de Lesseps (que havia finalizado a construção do Canal de Suez em 1869) construir um canal ligando os oceanos Pacífico e Atlântico, através da região que veio a ser posteriormente o Panamá. Este fato vai

⁴² Ayerbe, 2002, p. 50

⁴³ Ayerbe, 2002, p. 46

⁴⁴ Guerra y Sánchez, Ramiro. *La expansión territorial de los Estados Unidos: a expensas de España y de los países hispanoamericanos*, 2ª Ed. La Habana, Editora del Consejo Nacional de Universidades. 1964, p. 305

fazer os EUA voltarem-se novamente para a região, pois o entendimento que este canal seria “*de interés común a todos los pueblos civilizados*”⁴⁵ é alterado para “*el principio de un interés predominante de su pueblo y se declaraban decididamente a favor del criterio de un canal norte-americano*”⁴⁶.

Neste contexto, fica evidente a mudança de atitude dos EUA com relação a sua política externa frente as demais potências, que tinham grande interesse na construção do canal inter-oceânico. Reforçando as ideias contidas na Doutrina Monroe, o presidente estadunidense Rutherford B. Hayes proclama que:

Un canal interoceánico a través del Istmo cambiará radicalmente las relaciones geográficas entre las costas del Atlántico y del Pacífico de los Estados Unidos y entre los Estados Unidos y el resto del mundo. El canal será la vía de comunicación más importante entre nuestras costas del Atlántico y del Pacífico; virtualmente, una parte de la línea de costas de los Estados Unidos. Nuestro interés comercial, por sí solo, es mayor que el de todos los otros países, a la vez que las relaciones del canal con nuestro poder y nuestra prosperidad como nación, con nuestros medios de defensa, nuestra unidad, nuestra paz y nuestra seguridad, son materias de un interés preferente para el pueblo de los Estados Unidos⁴⁷

De qualquer forma, o empreendimento francês não obteve o resultado esperado, ou seja, a finalização da construção do canal não foi alcançada. E, após esta tentativa do grupo europeu, os EUA decidem agir no intuito de construir o tão estratégico (militar e economicamente) canal, através da compra do que sobrou da companhia francesa e da articulação da independência da região, já que o congresso colombiano havia rejeitado o tratado anteriormente acordado entre EUA e o presidente do país latino-americano, que possibilitava, com enormes vantagens para os EUA, a construção do canal no território que até aquele momento pertencia aos colombianos.

Assim, em 1904, após uma insurgência local organizada e apoiada pelo governo estadunidense, ocorre a separação do pequeno território do Panamá da Colômbia. Em seguida, os EUA celebram com o novo e pequeno país “*o tratado para a abertura do canal, quase nas mesmas condições rejeitadas pela Colômbia...*”⁴⁸. O “Canal do Panamá” foi rapidamente

⁴⁵ Guerra y Sánchez, 1964, p. 306

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Richardson, VII, 585. Citado em: Guerra y Sánchez, 1964, p. 307

⁴⁸ Moniz Bandeira, 2009, p. 71

construído, levando em conta a grandiosidade e complexidade da obra, sendo inaugurado em outubro de 1913.

Voltando ao contexto do final do século XIX, a década de 1890 evidenciará a mudança de comportamento da sociedade norte-americana face à política externa do país. Isso, conforme Ramiro Guerra⁴⁹, se deu em função do exponencial desenvolvimento industrial, agrícola, financeiro e mercantil durante os anos após o término da Guerra Civil. E mesmo com o consumo interno crescendo significativamente, este já não era suficiente para absorver toda a produção do país, surgindo a necessidade de novos mercados para o consumo do excedente.⁵⁰

Envueltos en la competencia mundial, los norteamericanos estaban produciendo bastante más que lo que podían consumir. La depresión que abarcaba a todos los sectores de la economía, condicionaría la paulatina orientación de los productores hacia el mercado exterior.⁵¹

Com a Europa implementando colônias nos vastos territórios da África e da Ásia, a partir da década de 1880 e o crescimento expressivo da produção norte-americana, os EUA retomam seu anseio expansionista, aplacado após a conquista territorial do oeste e os problemas internos decorrentes da Guerra Civil, e se voltam novamente para o sul de suas fronteiras, especialmente para a região mais próxima geograficamente e frágil politicamente, ou seja, a América Central e o Caribe.

Al coincidir con la madurez del período de reconstrucción e creación posterior a la guerra civil, el pueblo norteamericano no podía dejar de sentirse contagiado, en cierta medida, con estas corrientes del expansionismo de la época. Expresión de este nuevo espíritu, no bien apreciado aún porque no había tenido oportunidad de manifestarse, era el crecimiento de la Marina, objeto de una atención preferente de todos los Gobiernos en los últimos años.⁵²

A nova onda expansionista estadunidense agora teria como pilar o fortalecimento de seu poderio militar, especialmente de sua Marinha de Guerra.

2.4 A influência das ideias de Alfred Thayer Mahan na expansão militar (principalmente naval) dos EUA

⁴⁹ Guerra y Sánchez, 1964, p. 307

⁵⁰ Guerra y Sánchez, 1964, p. 308

⁵¹ Lecouana, 1998. p. 36

⁵² Guerra y Sánchez, 1964, p. 309

Para atender aos renovados objetivos expansionistas da política externa do país, os EUA aumentaram drasticamente os investimentos no seu poder bélico sendo que “o militarismo constituiu, então, o elemento indispensável, primeiro sob a forma de poderio naval, no seu processo de expansão imperial.”⁵³ No final da década de 1890, a força da Marinha de Guerra dos EUA seria demonstrada na região ao sul de suas fronteiras, durante as tentativas de retirada da Espanha do continente americano, e a conseqüente guerra Hispano-Americana⁵⁴, em 1898.

Antes disso, o poderio do aparato marítimo militar estadunidense já havia sido demonstrado em 1893, durante a invasão do Havai, que culminaria com a anexação do território longínquo das ilhas havaianas como parte da União, em 1898. A ocupação do Havai torna-se o primeiro caso de anexação estadunidense de uma região longínqua do oceano Pacífico. O território era considerado de grande importância para os governantes norte-americanos, que o entendiam como “*the key to the Pacific*”⁵⁵.

Neste contexto, as ideias do oficial da Marinha norte-americana, Alfred Thayer Mahan (Cap. Mahan) influenciaram decisivamente a expansão militar estadunidense, sobretudo no incremento de suas atividades navais. Com sua obra “*The Influence of Sea Power Upon History, 1660–1783*”, lançado em 1890 e principalmente, o livro de 1897 intitulado “*The Interest of America in Sea Power, Present and Future*”, a crença de que o investimento governamental na ampliação do seu aparato militar era não só vantajoso para os interesses do novo poder imperialista, mas, principalmente, essencial para a manutenção e expansão do seu crescimento econômico, com base na conquista de mercados extraterritoriais, ampliando o alcance de seu domínio geopolítico através do controle das rotas oceânicas, principalmente no Oceano Pacífico.

Los Estados Unidos, expandiéndose por contigüidade territorial sobre las líneas de menor resistencia, no habían necesitado de grandes ejércitos para sus conquistas. La pequeñez de las fuerzas militares de la nación era un motivo de orgullo para el norteamericano. Era una de las grandes ventajas de una democracia sin las ambiciones y la sed de conquistas de los militaristas poderes europeos. [...] Mahan tenía ahora que

⁵³ Moniz Bandeira, 2005, p. 45

⁵⁴ Salazar e Lorenzo defendem que a guerra conhecida como “Hispano-Americana” seja nomeada como Guerra Hispano-Cubana-Filipina-Estadunidense, pois o conflito envolveu não só as forças regulares dos dois países já constituídos, mas também os combatentes que lutavam pela independência de Cuba e das Filipinas. Ver páginas 48-50 do livro “Las Relaciones Interamericanas: continuidades y cambios”, Op. cit.

⁵⁵ Dulles, 1965, p. 185. Citado em: Moniz Bandeira, 2005, p. 46

argumentar contra esa idea nacional, [...] abogar por conquistas norteamericanas y demandar, como una necesidad vital de los Estados Unidos, el rápido desarrollo del poder naval de éstos.⁵⁶

Esta mudança de visão e estratégia referente às relações internacionais dos EUA seriam cruciais para o destino de Cuba e de toda a região centro-americana. Com grande poder de convencimento e penetração na sociedade norte-americana, as ideias de Mahan foram fundamentais, colaborando decisivamente para a assimilação da população, dos legisladores e governantes do executivo, sobre a necessidade de expandir sua influência globalmente, sendo que esta expansão deveria ter como ferramenta um poderoso corpo naval de guerra.

Nesta perspectiva, Mahan considerava que ter o domínio militar dos mares, com uma Marinha de Guerra poderosa e de alcance global, fazia parte do “Destino Manifesto” estadunidense de domínio mundial. Também, segundo ele, seria uma necessidade para a proteção da sociedade cristã ocidental frente ao “perigo amarelo” que acreditava-se que a China representava para o ocidente. Essa mudança de rota foi decisiva para que o novo poder imperialista alcançasse rapidamente a hegemonia nas Américas.

Desta forma, o fortalecimento da força naval dos EUA, como consequência imediata, traria segurança para seu projeto de predominância na América Latina e Caribe frente as ameaças que pairavam sobre a região, devido à nova onda colonizadora europeia do final do século XIX. Para assegurar sua condição hegemônica no novo continente, além da inviolabilidade de seu próprio território, o reforço de sua marinha de guerra era primordial. Segundo, ainda, Ramiro Guerra, o que estava em questão era a:

Creación de un gran poder naval... Tal era, según demostraba Mahan en libros de gran circulación y en numerosos artículos de revistas, leídos ávidamente por millones de norteamericanos a fines de 1897 y principios de 1898, no sólo el necesario y adecuado coronamiento de la grandeza norteamericana, sino la indispensable garantía de la existencia y la seguridad de los Estados Unidos, y, en último término, de la civilización cristiana de Occidente.⁵⁷

A intensificação das atividades militares navais foram uma consequência necessária de uma mudança radical da geopolítica estadunidense no período final do século XIX, que é direcionada para garantir uma maior influência da grande potência industrial daquele

⁵⁶ Guerra y Sánchez, 1964, p. 372

⁵⁷ Guerra y Sánchez, 1964, p. 375

momento no comércio internacional e para a construção de uma nova hegemonia global, agora com o seu eixo centrado no poderoso país do novo mundo. Para que o projeto imperialista evoluísse, a erradicação de qualquer forma de domínio europeu na América Latina e Caribe era necessidade de primeira ordem. Assim, os territórios ainda sob domínio espanhol na região seriam tomados de qualquer forma, política ou militarmente.

2.5 Década de 1890: os EUA se dedicam a retirada do Império Espanhol da América Latina, através das tentativas de compra dos territórios coloniais do Caribe, da pressão diplomática e da ameaça do uso da força

A reafirmação da Doutrina Monroe⁵⁸ ocorre durante a arbitragem da disputa entre Venezuela e Grã-Bretanha (imposta pelos EUA, sem a concordância de uma das partes, no caso, os ingleses) sobre a questão de limites territoriais entre o primeiro e a Guiana Inglesa. O litígio torna-se de interesse norte-americano, sendo uma oportunidade de reafirmar seu projeto de ter o predomínio político e econômico exclusivo do continente e, ao mesmo tempo, testar os limites de sua força política perante a Grã-Bretanha, que era o maior empecilho para os seus objetivos de consolidação de uma política imperialista sobre a região.

Após um intenso debate diplomático acerca da questão entre venezuelanos e ingleses, os EUA conseguem impor sua força política, fazendo com que a Grã Bretanha reconheça “*el principio del interés predominante de los Estados Unidos, (e) la hegemonía de éstos sobre todo el continente*”⁵⁹. Com isso, os EUA reafirmam os preceitos da Doutrina Monroe, aumentando seu poder e sua influência no destino da América Latina e Caribe a partir deste momento.

En el momento en que éste (Robert Gascoyne-Cecil, 3.º Marqués de Salisbury, Primeiro Ministro do Reino Unido 1895-1902) adoptó dicha decision, el expansionismo norteamericano - el imperialismo, como muy pronto iba a llamársele - pudo reanudar su marcha, libre del único obstáculo serio con que había tropezado hasta entonces: la barrera británica⁶⁰

Com a consolidação da ingerência estadunidense sobre o sul do continente, o objetivo de agregar à União os territórios coloniais do Império de Espanha volta a ser prioridade de

⁵⁸ Sobre esta questão, ver também a página 42

⁵⁹ Guerra y Sánchez, 1964, p. 315

⁶⁰ Idem.

sua política externa. A década de 1890 seria decisiva para o destino de Cuba, cada vez mais atrelado aos interesses do ascendente poder imperialista.

Quando em 1896, a embaixada norte-americana, em conversações com o gabinete do Primeiro Ministro do Reino Unido sobre a possibilidade de um conflito armado entre os EUA e a Espanha para “resolver” a questão cubana, tem um retorno no sentido de neutralidade dos ingleses, a guerra era questão de tempo, caso os espanhóis não aceitassem vender a ilha. Essa espécie de autorização informal foi obtida do 1º Ministro inglês, Lord Salisbury, nos seguintes termos:

Ese no es asunto de la Gran Bretaña. Somos amigos de España y veríamos con pena que se le humillase; pero consideramos que no tenemos nada que decir en la materia, cualquiera que sea el camino que los Estados Unidos puedan decidirse a seguir. Eso no es asunto nuestro.⁶¹

A partir deste instante, a iniciativa estadunidense para retirar a Espanha dos territórios do Caribe seria ainda mais forte e incisiva. No momento em que a Grã-Bretanha (ainda a maior ameaça para os planos expansionistas dos EUA) deixava claro que não tinha a intenção de tomar parte na disputa, “*la suerte de las últimas colonias españolas quedó echada.*”⁶² Além disso, a revolução cubana de 1895, (planejada e, inicialmente, liderada por José Martí, que acaba morrendo pouco depois de desembarcar em Cuba) era tida pelo governo estadunidense como oportuna para facilitar a compra da ilha, já que “*dentro de poco tiempo, Cuba habrá de ahogarse en su propia sangre o estará en el mercado para la venta al mayor postor*”⁶³, nas palavras do Secretário de Estado, Richard Olney, em memorando dirigido ao presidente Grover Cleveland, em 1895.

Em abril de 1896 o Secretário Olney imprime forte pressão sobre a Espanha, em uma extensa nota⁶⁴ com um plano de pacificação de Cuba, que garantiria a soberania espanhola sobre a ilha, condicionada a celebração de um tratado comercial entre eles com relação a Cuba. A tentativa de mediar o conflito entre o Império espanhol e sua mais importante colônia é rechaçada pelo governo da Espanha, o que faz os EUA retornarem ao intento da compra:

⁶¹ James, Henry: Richard Olney and his public service, Boston y New York, 1923, p. 244. Citado em: Guerra y Sánchez, 1964, p. 316

⁶² Guerra y Sánchez, 1964, p. 316

⁶³ Bemis, obra citada, VIII, 285. Citado em: Guerra y Sánchez, 1964, p. 318

⁶⁴ Ver mais sobre o documento em: Guerra y Sánchez, 1964, p. 322-324

Si España cerraba el camino a una fórmula amistosa, (o governo norte-americano, representado neste momento nas figuras de Olney e Cleveland) escogerían otra, existente desde larga fecha: la compra, más o menos forzada, de Cuba.⁶⁵

Já no fim de sua administração, Cleveland deixa traçado os planos para o desenrolar da situação cubana, em sua última mensagem ao congresso: a compra ou a intervenção direta no conflito Cuba-Espanha. Neste momento, um conflito armado com a Espanha parece ser o caminho inevitável para o cumprimento da meta de retirar a ilha das mãos do decadente império europeu, já que *“la actual contienda interna de Cuba podría terminarse mediante nuestra intervención, aun al costo de una guerra Los Estados Unidos y España, guerra que, [...] no sería larga en su duración ni dudosa en sus resultados”*⁶⁶

O expansionismo estadunidense, neste momento, concentra sua atenção novamente na região caribenha, especialmente sobre as últimas colônias espanholas, sobretudo na ilha cubana, por ser, esta última, o principal foco de interesse norte-americano. E, além disso, por estar neste momento passando por um processo de revolução⁶⁷.

A busca pela independência do povo cubano era vista pelos EUA como uma oportunidade perfeita para a compra de Cuba ou para intervenção e expulsão da Espanha da ilha e, concomitantemente, de todo o continente, com a justificativa da necessidade de pacificação do território. Sobre isso, o governo estadunidense fala claramente em mensagem enviada para Espanha:

Los efectos del documento tenían que ser, forzosamente, destructivos para España. Pública y solemnemente se le notificaba que (Espanha) estaba obligada a seguir, bajo la amenaza de la guerra, la política que los Estados Unidos le fijaban e imponían. Debía aceptar sin demora la mediación, que reduciría a la nada su soberanía, o la venta da isla. En caso contrario, los Estados Unidos la expulsarían de América en cualquier momento. El mensaje era el toque a muerto de la dominación española en el nuevo mundo.⁶⁸

Como citado acima, a retirada do Império da Espanha da América Latina era questão de tempo e forma. Tempo este o necessário para que os EUA decidissem qual o caminho a

⁶⁵ Guerra y Sánchez, 1964, p. 324

⁶⁶ Mensagem ao Congresso do presidente Grover Cleveland, de 07/12/1896, citada em: Guerra y Sánchez, 1964,, p. 326

⁶⁷ Alguns autores referem-se à Segunda Guerra de Independência como revolução. Neste caso, foi uma revolução política.

⁶⁸ Guerra y Sánchez, 1964, p. 328

seguir. O mesmo servia para o governo espanhol, já que não havia a opção da permanência, apenas escolher, dentre as opções apresentadas pelo novo poder imperialista, a forma menos “desonrosa” e de menor prejuízo possível. Nesta conjuntura, e levando em conta também o ambiente interno da metrópole, a venda não foi interpretada pela Coroa como a melhor opção.

2.6 Últimas tentativas de compra de Cuba pelos EUA e a opção pela guerra contra a Espanha

Já no início da Administração de McKinley (começo do mandato em 4 de março de 1897), as investidas para adquirir o território de Cuba foram retomadas. Assim como ocorria no governo anterior, a iniciativa do novo governante também priorizava a tentativa de compra da ilha. Mas as respostas, obtidas nas novas sondagens sobre o assunto junto ao Império Espanhol, receberam resposta taxativa: “*España no vendería jamás la más preciada joya de su corona*”⁶⁹.

A recusa sistemática da Espanha quanto à venda de Cuba tinha mais relação com o desgaste que esta atitude acarretaria para o ambiente político interno espanhol, do que com uma convicção de que era possível continuar com a posse da ilha. Já que, naquele momento, a Espanha atravessava por uma profunda crise política, e a venda da ilha agravaria ainda mais o deteriorado ambiente interno do país.

A partir do segundo semestre de 1897, se aproximava o momento em que os EUA tomariam uma decisão efetiva sobre o tema, e assim, a pressão diplomática se acentuava. A nomeação do General Stewart Woodford para ser ministro plenipotenciário dos EUA na Espanha seria a primeira atitude de McKinley para a definição do assunto caribenho. Nas instruções recebidas por Woodford, ficava clara a decisão do novo governo no sentido de agir de forma mais enérgica perante uma questão que continuava indefinida: a relação entre EUA e Espanha e o conflito em território cubano. As instruções escritas ao novo ministro estadunidense em Madri eram claras neste sentido:

A juicio del Presidente, ha llegado el momento de que el gobierno de los Estados Unidos considere de la manera más seria y declare con toda claridad la naturaleza de su deber - y los métodos de cumplirlos - respecto

⁶⁹ Guerra y Sánchez, 1964, p. 332

de sus vecinos y de sí mismo. [...] No es razonable, pedir ni esperar que pueda prolongarse una política de mera inacción.⁷⁰

Não demorou para que o novo representante dos EUA em Madrid iniciasse sua missão de pressionar o governo espanhol para a solução esperada. E a principal iniciativa neste sentido foi o estabelecimento de um prazo para que os espanhóis aceitassem a mediação norte-americana do conflito, ou garantissem a pacificação da ilha. O prazo estabelecido para isso era o dia 31 do mês subsequente, outubro⁷¹.

Essa mudança de atitude, conforme deixa explícita a nota de Woodford (já exercendo suas funções de ministro plenipotenciário) ao governo espanhol, tinha relação direta com o prejuízo econômico dos EUA ao se arrastar o conflito entre Cuba e Espanha, citando que *“España no podía esperar, seguramente, que los Estados Unidos se limitaran a mantenerse en actitud pasiva, mientras vastos intereses norteamericanos sufrían graves daños”*⁷².

A atitude estadunidense fez com que o governo espanhol, já reconhecido por suas ações protetórias, agisse rapidamente para tentar resolver o conflito com os rebeldes cubanos, promulgando, através de decreto, uma Constituição Autônoma para Cuba e Porto Rico. Como cita Ramiro Guerra, *“la nota de Woodford producía las consecuencias de un terremoto y lograba efectos trascendentales”*⁷³ na política da Espanha frente as suas colônias do Caribe.

A atitude espanhola, promovendo uma maior autonomia ao poder local de suas colônias latino-americanas fez com que o governo estadunidense aguardasse o resultado destas ações, antes de partir para a intervenção direta no conflito. Mesmo que a resposta da Espanha, concedendo a autonomia colonial não contemplasse a pretensão norte-americana de mediar as negociações de paz, não seria politicamente adequado agir naquele momento.

Compreendendo que o panorama favorecia a continuidade da luta pela independência, os revolucionários perceberam que, permanecer em estado de guerra, faria com que o Império Espanhol fosse finalmente derrotado. Isso porque havia o entendimento de que: ou eles alcançariam o êxito da sua luta, já que o poder colonial estava muito debilitado naquele

⁷⁰ Guerra y Sánchez, 1964, p. 333

⁷¹ Guerra y Sánchez, 1964, p. 334

⁷² Foreign Relations, 55th Congress; 3rd, 567. Citado em: Guerra y Sánchez, 1964, p. 334.

⁷³ Guerra y Sánchez, 1964, p. 335

momento, devido em grande parte pelas batalhas vencidas pelos revolucionários, ou os EUA iriam intervir logo em seguida se o plano de paz espanhol não obtivesse um rápido sucesso. Ao passo que, para os interesses imperialistas norte-americanos, o desejo era que as reformas implementadas pelo governo espanhol fracassassem, e que a mediação estadunidense fosse necessária para a obtenção da paz na ilha.⁷⁴

Além disso, os EUA almejavam que, juntamente com o retorno da normalidade no território cubano, fosse celebrado um tratado comercial com o governo espanhol sobre a ilha, *“objetivo de carácter económico muy importante sin duda para los norteamericanos, en momentos en que se buscaban mercados y campos de inversión para el capital acumulado”*⁷⁵

Em 1º de janeiro de 1898, por decreto, passa a vigorar a autonomia colonial em Cuba, mas os revolucionários decidem não depor suas armas até a conquista da independência. Um mês após, no dia 1º de fevereiro, o governo espanhol emite uma resposta à nota norte-americana que reivindicava o direito de intervir no conflito entre Cuba e sua metrópole. A resposta espanhola iria de encontro à Doutrina Monroe e às intenções expansionistas norte-americanas, pois afirmava que:

España negaba que los Estados Unidos poseyeran el derecho de marcar límites o plazos para la pacificación. Arrogarse tal facultad de intrusión o injerencia conduciría, de un modo inevitable, a pretender intervenir en los asuntos internos de un país vecino, y semejante intervención habría de ser rechazada siempre por la foerza, por toda nación que se respetase a sí misma. [...] el Gobierno de Washington no se hallaba asistido del derecho de intervenir ni fijar plazos para la paz. El deber de éste era cumplir fielmente las leyes internacionales y privar a los revolucionários del apoyo ilícito que recibían en los Estados Unidos, única razón por la cual la paz no había sido restablecida ya.⁷⁶

Esta manifestação foi considerada por Woodford como um grande erro estratégico por parte do governo espanhol. Uma atitude como esta servia para acelerar ainda mais as iniciativas norte-americanas para a ação armada. E logo em seguida, no dia 15 de fevereiro, ocorre a misteriosa explosão no encouraçado estadunidense *Maine*, no porto de Havana, afundando rapidamente e tendo como consequência a morte de 258 marinheiros norte-americanos⁷⁷.

⁷⁴ Sobre esta questão, ver Guerra y Sánchez, 1964, p. 336-337

⁷⁵ Guerra y Sánchez, 1964, p. 337

⁷⁶ Foreign Relations, 55th Congress; 3rd; 658-664. Citado em: Guerra y Sánchez, 1964, 340

⁷⁷ Gott, 2006, p. 119

Após todos os últimos acontecimentos, e o insucesso da pressão diplomática, houve uma última tentativa de compra, desta vez em forma de ultimato “*o la inmediata venta de Cuba, o la también fulminante intervención armada*”⁷⁸. Mais uma vez, a proposta não foi aceita pela Espanha. Assim, a guerra, que estava planejada para ser iniciada em abril daquele ano, foi vista como a decisão a ser tomada pelo governo estadunidense.

Devido ao incidente com o *Maine*, houve uma grande comoção na opinião pública norte-americana, possibilitando que o ambiente político-social dos EUA aceitasse facilmente (ou mesmo exigisse) a declaração de guerra que viria a ocorrer. Como cita Gott, “*o Maine foi a desculpa, mas se não tivesse acontecido, algum outro acontecimento certamente teria desencadeado a guerra. Os EUA experimentavam um ânimo notavelmente expansionista.*”⁷⁹. Este conflito com uma (outrora) potência imperialista europeia demarcaria um novo patamar dos EUA no cenário geopolítico global pois “*com a eclosão da Guerra Hispano-Americana, o conflito interimperialista clássico trouxe como resultado as colônias do Pacífico e do Caribe e sua entrada de pleno direito nas fileiras das grandes potências.*”⁸⁰

⁷⁸ Historia Crítica, I, 359. Citado em: Guerra y Sánchez, 1964, 342

⁷⁹ Gott, 2006, p. 120

⁸⁰ Anderson, Perry. A política externa norte-americana e seus teóricos. Boitempo, 2015, p. 15

CAPÍTULO III

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA HISPANO-AMERICANA PARA A INDEPENDÊNCIA DE CUBA: O TRATADO DE PAZ DE PARIS E A EMENDA PLATT

3.1 A declaração de guerra contra a Espanha e a rápida vitória norte-americana

Durante a luta pela independência cubana, os EUA perceberam que este momento seria oportuno para alcançar sua antiga meta de adquirir a ilha ou, pelo menos, aumentar sua presença em território cubano. Para isso, um conflito com a Espanha seria o ponto de partida, pois, após décadas de tentativas frustradas, as pressões diplomáticas no sentido da compra não surtiram o efeito desejado.

Em 1898, o governo estadunidense, sob a presidência do republicano William McKinley, envia o navio de guerra USS Maine com o pretexto de uma visita amigável, mas esta atitude tem também o claro objetivo de ser uma forma de exibir o grande poderio militar da sua Marinha de Guerra. No dia 15 de fevereiro, ocorre a explosão que provoca a morte de 258 pessoas, entre elas 2 oficiais. Era o motivo que o governo republicano precisava para intervir no conflito entre colônia e colonizador, pois houve grande comoção nos EUA com o “ataque espanhol” que resultou em mortes de cidadãos e militares de seu país.

Mesmo não havendo nenhuma prova de que se tratou de um atentado ou que este tenha sido provocado pelos militares espanhóis, o incidente com o *Maine* justificou um endurecimento da diplomacia norte-americana, e a possibilidade de um conflito armado se tornaria inevitável. Efeito catalisado pela opinião pública interna da sociedade estadunidense, que percebe o incidente como uma ofensa imperdoável para o povo daquele país.

A bandeira dos Estados Unidos estava hasteada em toda parte nas ruas e nas janelas. Sentimentos belicistas e boletins de guerra foram colados nas vitrines das lojas. Homens, mulheres e cães saíam pelas ruas portando medalhões ou rosetas. As cores nacionais decoravam as bicicletas como se

fosse uma passeata à fantasia. Em toda a parte lia-se a legenda: *Lembrem-se do Maine!*⁸¹

A campanha *Remember the Maine*, com forte adesão da imprensa estadunidense, e apelo popular, logo obteve resultado e, em 11 de abril de 1898 o congresso recebe solicitação de McKinley de intervenção militar em Cuba. Menos de 15 dias após a solicitação, em 25 de abril do mesmo ano, é declarada guerra contra a Espanha. A partir daí, os EUA, além de intervir em território cubano, invadem também outras colônias espanholas não só no Caribe, mas também no Pacífico. Entre os outros territórios cobiçados estavam as colônias espanholas de Porto Rico, no Caribe, ilha de Guam no Oceano Pacífico e o território das Filipinas, no caminho para a Ásia. Estas últimas, junto com o Havaí, formariam um corredor marítimo, que, sendo controlado pelos EUA, possibilitaria a criação de bases militares e controle de portos para garantir uma rota comercial segura com destino ao vasto mercado asiático.

Este momento, onde a Espanha encontrava-se imersa numa crise política e econômica, conjugado com a debilidade de suas forças militares em Cuba, devido ao desgaste sofrido com os prolongados confrontos contra os independentistas, era visto como uma oportunidade para um avanço estadunidense sobre seus últimos territórios coloniais. Além disso, o conflito com um outrora potente império europeu seria uma maneira de demarcar uma nova posição no cenário geopolítico mundial.

Los Estados Unidos [...] se mostraron ante el mundo como la potencia invencible que irrumpía en las relaciones internacionales en la era del imperialismo. [...]

Hasta la guerra de 1898, la política mundial había sido principalmente, política europea. La fácil “victoria” sobre España [...] sacaba la política mundial de esos marcos y convertía a los Estados Unidos - país que había ganado en población y riqueza durante un siglo, en proporciones nunca vistas, pero que había anexado territorios solo en América, sin provocar conflictos con las grandes potencias, pues el equilibrio de los poderes había sido sinónimo de equilibrio europeo - en una potencia que emergía en un momento de exaltación y plenitud.⁸²

O imperialismo norte-americano, atuante no continente desde o início do século, inicia sua expansão para além dos territórios continentais. A guerra contra a Espanha e seu rápido término proporcionam a oportunidade de confrontar abertamente um país colonialista do

⁸¹ John Black Atkins, *The War in Cuba: The Experiences of an Englishman with the United States Army*, Londres, 1899, p. 9. Citado em: Gott, 2006, p. 120

⁸² Peraza Chapeau, José. *El Tratado de Paz de Paris: Breve estudio jurídico-político*. Ed. Política. La Habana, 1998, p. 2-3

velho mundo (com uma fácil vitória) e controlar importantes porções de terras que facilitariam o seu comércio com o mercado asiático.

A partir deste momento, no início do novo século a postura imperialista estadunidense em território americano irá se consolidar, através de um revigoramento da Doutrina Monroe no que ficou conhecido como o Corolário Roosevelt⁸³, além de galgar espaço entre o conjunto de países imperialistas em nível global. Neste sentido, a demonstração de força que a rápida vitória sobre a Espanha representou, serviria para aumentar sua influência não só no continente americano, mas também na geopolítica mundial.

Os dois mandatos de Theodore Roosevelt configuraram a “*first imperial presidency*” dos EUA, no sentido de que pela primeira vez foram administradas possessões perto e longe do seu território, havia alcançado influência dominante no Caribe e na América Central e transformado sua Marinha na segunda mais poderosa do mundo, convencendo os demais países a levarem seriamente seus conselhos e suas políticas.⁸⁴

No próximo tópico, retomamos os acontecimentos de 1898, com a exposição das consequências da Guerra Hispano-Americana. Será feita uma análise do Protocolo de Paz, que cessa as hostilidades no campo de batalha e do Tratado de Paz de Paris, que define o futuro das últimas colônias espanholas.

3.2 A vitória estadunidense proporciona a cedência de territórios do Império espanhol através do Tratado de Paz de Paris

Os EUA vencem rapidamente a guerra, e já em agosto de 1898, é firmado o Protocolo de Paz, entre as partes beligerantes. Este documento serviria de base para o futuro tratado de paz. A essência dos artigos deste protocolo foram mantidos no futuro tratado, que seria homologado no próximo ano, sendo as alterações de conteúdo apenas no sentido de adicionar obrigações a parte derrotada, o que evidencia a intransigência norte-americana durante as negociações do pós-guerra.

⁸³ Com o assassinato do Presidente William McKinley em 14 de setembro de 1901, assume a presidência o seu vice, Theodore Roosevelt, que seria eleito para novo mandato de 1905 à 1909. Para consultar a mensagem anual do Presidente ao Congresso de 06 de dezembro de 1904, quando Theodore Roosevelt explica o que ficaria conhecido como o Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe acessar a página <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=56&page=transcript>. Acesso em outubro de 2015

⁸⁴ Zimmermann, 2002, p. 474. Citado em: Moniz Bandeira, 2005, p. 55

Ficou definido no Art. I do Protocolo que “*España renuncia a toda pretención a su soberanía y a todos sus derechos sobre Cuba*”⁸⁵, e no Art. II que “*España cederá a los Estados Unidos la isla de Puerto Rico y las demás islas que actualmente se encuentran bajo la soberanía de España en las Indias Occidentales, así como una isla en las Ladronas*”⁸⁶

Os dois primeiros artigos do Protocolo de Paz já demonstravam que os EUA estavam determinados em anexar Porto Rico e uma ilha do Pacífico, ao passo que Cuba, citada no Art. 1º, não foi exigida como território a ser anexado, mantendo assim o compromisso de abril daquele ano, quando da divulgação da chamada Emenda Teller⁸⁷, acrescentada na declaração de guerra contra a Espanha. Este comprometimento, decorrente da citada emenda, irá também determinar que na finalização do Tratado de Paz, que seria iniciado em outubro, após um brevíssimo conflito, os termos quanto à ilha cubana seriam distintos do destino que teria a outra ilha caribenha, Porto Rico, a qual seria anexada formalmente à União.

A “renúncia” de exigir a anexação da ilha de Cuba, território almejado pelos EUA desde os primórdios desta nação, não pode ser interpretada como uma atitude altruísta para com o povo cubano e, sobretudo, com os revolucionários que lutavam pela independência do país. Esta foi apenas uma forma distinta de alcançar o mesmo objetivo. Sobre este processo, o historiador Louis Pérez sintetiza:

Longe de ser um tropeço na guerra contra a Espanha, os EUA seguiram uma política que era perspicaz, intencional e calculada. A ação norte-americana foi dirigida tanto contra a independência de Cuba como foi contra a soberania espanhola: 1898 foi o clímax de cem anos de política. Por quase um século, os Estados Unidos haviam perseguido a aquisição de Cuba. A ideia de que Washington teria de repente renunciado a anexação em 1898 é insustentável. Na verdade, isso não aconteceu. Em vez disso, as circunstâncias específicas em que a intervenção estadunidense em 1898 se desenvolveu (tanto em Cuba quanto nos EUA) exigiram novas maneiras de alcançar os antigos objetivos.

⁸⁵ Protocolo de Paz firmado em Washington em 12 de agosto de 1898. In: Peraza Chapeau, 1998

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Em abril 1898, o senador Henry M. Teller (Colorado) propôs uma alteração à declaração de guerra dos Estados Unidos contra a Espanha, que proclamou que os Estados Unidos não estabeleceriam o controle permanente sobre Cuba. A emenda afirmou que os Estados Unidos "renunciavam qualquer intenção de exercer soberania, jurisdição ou controle sobre a Ilha de Cuba, exceto para sua pacificação, e ratifica sua determinação, quando isso é feito, para deixar o governo e controle da ilha para o seu povo." O Senado aprovou a alteração em 19 de abril Fiel à letra da Emenda Teller, depois que as tropas espanholas deixaram a ilha em 1898, os Estados Unidos ocuparam Cuba até 1902. (tradução minha)

Fonte: Biblioteca do Congresso dos EUA - disponível em <http://www.loc.gov/rr/hispanic/1898/teller.html>. Acesso em outubro de 2015.

Por quase quatro anos, entre 1898 e 1902, os Estados Unidos ocuparam militarmente Cuba, oficialmente para cumprir os termos da Emenda Teller, aparentemente com o propósito de preparar Cuba pela independência. Mas outros objetivos guiavam a sua política em uma direção completamente diferente; a organização de um auto-governo em Cuba não era um meio para promover a soberania, mas uma maneira de avançar na anexação. A ocupação militar não era a preparação para a independência, mas o prelúdio da anexação. Vastos recursos e autoridades do governo militar foram mobilizados para este fim. A intervenção em 1898 impediu a ascensão das forças revolucionárias cubanas e buscou manter a ordem social vigente. A ocupação militar entre 1898 e 1902 criou um sistema nacional destinado a promover a dependência e, finalmente, facilitar a anexação. (tradução minha)⁸⁸

Para o historiador cubano Emilio Roig de Leuchsenring, que em 1935 publicou um extenso estudo sobre a história da Emenda Platt, o principal motivo para que os EUA não tenham anexado Cuba naquele momento (apesar da insistência da Espanha para que isso ocorresse, durante as negociações do Tratado de Paz de Paris, pois assim os interesses de seus cidadãos na ilha estariam melhor protegidos), não estava vinculado apenas à opinião pública interna e externa ou à promessa plasmada na emenda Teller. A causa principal para esta recusa era o desinteresse em assumir as dívidas e os compromissos espanhóis na ilha⁸⁹.

No 3º artigo, os EUA demonstram que seu entusiasmo expansionista estava determinado em romper de vez os limites do continente americano, pois sua redação dispõe que “*Los Estados Unidos ocuparán y conservarán la ciudad, la bahía y el puerto de Manila, en espera de la conclusión de un Tratado de Paz, que deberá determinar la intervención, la disposición y el gobierno de Filipinas.*”⁹⁰ Como salienta José Peraza⁹¹, no momento em que o protocolo foi firmado, os EUA ainda não ocupavam Manila. O ataque à cidade inicia no dia posterior da entrada em vigor do Protocolo de Paz, o que evidenciava a ilegalidade de tal ocupação.

El derecho, que en correspondencia con el Derecho de la Guerra vigente en aquel entonces, daba la ocupación, no podía ejercerse, puesto que en el momento de la firma del armisticio, los Estados Unidos aún no habían ocupado lo que pretendían y este era un argumento jurídico formal importante.⁹²

⁸⁸ Pérez Jr., Louis. Cuba between empires, 1878-1902. Pittsburgh, University of Pittsburgh, 1983. p. XVIII

⁸⁹ Roig de Leuchsenring, Emilio. Historia de la Enmienda Platt. La Habana. Instituto cubano del libro, 1961, p. 59-60

⁹⁰ Protocolo de Paz firmado em Washington em 12 de agosto de 1898. In: Peraza Chapeau, 1998

⁹¹ Chapeau, 1998. p. 25

⁹² Chapeau, 1998. p. 25

Esta questão jurídica não foi levada em conta pelos norte-americanos, e o Tratado de Paz de Paris traria no seu bojo a tomada também das Filipinas. Além disso, no citado tratado constaria todas as exigências que os EUA determinaram para o fim do conflito. A Espanha não teria margem de manobra frente a um ascendente poder imperialista, que adotava naquele momento uma postura extremamente agressiva contra uma antiga potência do velho mundo.

No dia 10 de dezembro de 1898, EUA e Espanha assinam o Tratado de paz de Paris, que consolida os termos do Protocolo de agosto e, entre outros dispositivos, determina:

Artículo I España renuncia todo derecho de soberanía y propiedad sobre Cuba. En atención a que dicha isla, cuando sea evacuada por España, va a ser ocupada por los Estados Unidos, mientras dure su ocupación, tomarán sobre sí y cumplirán las obligaciones que por el hecho de ocuparla, les impone el Derecho Internacional, para la protección de vidas y haciendas.

Artículo II España cede a los Estados Unidos la Isla de Puerto Rico y las demás que están ahora bajo su soberanía en las Indias Occidentales, y la Isla de Guam en el Archipiélago de las Marianas o Ladrones.

Artículo III España cede a los Estados Unidos el archipiélago conocido por las Islas Filipinas [...] Los Estados Unidos pagarán a España la suma de veinte millones de dólares (\$20,000,000) dentro de los tres meses después del canje de ratificaciones del presente tratado.”⁹³

Os demais artigos não serão abordados, por não apresentarem grande relevância para o objetivo desta pesquisa, pois tratam de questões acessórias inerentes ao processo de transferência de territórios num acordo deste gênero. Desta forma, nos concentraremos nos itens elencados acima, que regem a renúncia da Espanha de sua soberania sobre Cuba e a transferência para os EUA do controle sobre suas demais colônias.

Em conjunto, os três primeiros artigos, apesar de serem o resultado de um longo processo de negociação entre as partes, demonstram que quase nada se altera do Protocolo de Paz anterior, firmado para que fossem cessadas as hostilidades no campo de batalha. Em suma, a diferença entre os dois documentos ficou restrita à definição de que ilha os EUA escolheriam para anexar no Arquipélago das Marianas (a ilha de Guam) e a cedência das Filipinas através da compra do território pela quantia de 20 milhões de dólares.

⁹³ Tratado de Paris, versão em espanhol, disponível em: [http://es.wikisource.org/wiki/Tratado_de_Paris_\(1898\)](http://es.wikisource.org/wiki/Tratado_de_Paris_(1898)). Acesso em abril de 2015.

Como afirma Peraza, “*el Tratado de Paz de París legalizó el despojo, dio fundamento jurídico al dominio norteamericano en el Caribe y le permitió poner sus garras en Asia, apoderándose de Filipinas y Guam...*”⁹⁴. Para a luta de independência cubana, o tratado de paz, que excluiu completamente os revolucionários cubanos, assim como os filipinos (que chegaram a enviar um representante para Paris, que não foi aceito por espanhóis e tampouco pelos estadunidenses) representaria a frustração do seu objetivo de livrar Cuba do jugo colonialista. A partir de então, assim como previra Martí, não foi possível “*impedir a tiempo con la independencia de Cuba que se extiendan por las Antillas los Estados Unidos y caigan, con esa fuerza más, sobre nuestras tierras de América*”⁹⁵.

Com o término da guerra com a Espanha e a conquista de territórios estratégicos das antigas colônias do Império Espanhol, os EUA iniciam sua expansão imperialista em âmbito global, projeto que já obtivera sucesso no Havaí, quando da invasão em 1893 e a anexação oficial do território como membro da União, em 1898. Neste novo momento expansionista, “*a luta pela libertação de Cuba ensejou aos EUA a grande oportunidade para lançar-se outra vez à guerra de conquista do que ainda restava do império colonial de Espanha*”⁹⁶.

A política expansionista estadunidense consegue obter o controle de territórios importantes para o seu comércio internacional e para suporte e implantação de bases militares em regiões próximas (Caribe) e também muito distantes de seu continental domínio, como no caminho para a Ásia com a aquisição das Filipinas, ilha de Guam e do Havaí.

De 1898 a 1903, os EUA anexaram formalmente o Havaí, Porto Rico, Guam e Filipinas, bem como se assenhorearam do istmo do Panamá, onde abriram o canal para facilitar o comércio entre os dois oceanos. [...]

Os anos 90 do século XIX marcaram decisivamente a política exterior dos EUA. A política de expansão refletiu seu desenvolvimento econômico. E o militarismo constituiu o elemento indispensável à construção do império.⁹⁷

A partir do final do século XIX, o poderio militar dos EUA foi primordial para a continuidade de seu desenvolvimento econômico, servindo para a conquista de territórios, para a coerção e ameaças bélicas e mesmo como indústria propulsora deste desenvolvimento,

⁹⁴ Chapeau, 1998, p. 32

⁹⁵ Martí, 1974c: 473. Citado em: Salazar y Lorenzo, 2008, p. 58

⁹⁶ Moniz Bandeira, 2005. p. 46

⁹⁷ Moniz Bandeira, 2005, p. 51

já que a guerra sempre foi um grande negócio, com potencial para o desenvolvimento de economias imperialistas. Este cenário ainda ganharia nova configuração, com as duas grandes guerras mundiais das décadas seguintes, que possibilitaram a expansão e consolidação do imperialismo estadunidense em nível global.

3.3 Emenda Platt: a independência condicionada de Cuba - 1902

Como afirma Richard Gott, a Emenda Platt “*foi um dos documentos definidores da era imperial*”⁹⁸. Analisar o seu conteúdo é de suma importância para entender a política externa norte-americana do início do século XX na sua relação com os demais povos do continente americano.

Após a retirada total da Espanha dos territórios de suas últimas colônias da América, os EUA eram a única potência com capacidade e projeto imperialista na região. Algo sempre objetivado na política externa daquele país, pois o governo estadunidense sempre considerou todo o sul do continente como seu *quintal* e “... *sua política externa (neste período) tem como alvo prioritário o continente americano*”⁹⁹, postura evidenciada desde a explanação da Doutrina Monroe.

Com o território cubano ocupado militarmente pelos EUA durante quatro anos, de 1898 até 1902, os militares estadunidenses governam o país durante todo este período, frustrando todos os cubanos que haviam lutado para a conquista de sua independência frente ao antigo poder colonial. Durante este período, ocorre um afluxo intenso de cidadãos norte-americanos para a ilha, muitos com a certeza de que esta seria anexada aos EUA, assim como havia ocorrido pouco tempo antes com Havá e Porto Rico. Este ambiente é retratado por um correspondente do jornal New York Times, em 1900, que relata:

Cuba estava simplesmente infestada de americanos de todas as idades, de todas as condições de vida, de todas as profissões, e de profissão nenhuma. Da ama-seca de cabelos grisalhos até meninos vendendo jornais nas ruas, os americanos estavam em todos os lugares. Anos atrás, a corrida foi para o oeste dos EUA: agora a maré mudou para o sul, para Cuba... Ao que parece, muitos pensam que vão encontrar as ruas pavimentadas de ouro, pronto para ser apanhado.¹⁰⁰

⁹⁸ Gott, 2006, p. 132

⁹⁹ Ayerbe, 2002, p. 63

¹⁰⁰ New York Times, 7 de maio de 1900. Citado em: Louis Pérez, 1999, p. 96

No decorrer destes quatro anos, o governo e a sociedade civil estadunidenses empenharam um grande esforço para adequar Cuba aos seus costumes e modos de vida, mas principalmente, para modelar a economia cubana ao modelo norte-americano. Durante este período, a sociedade cubana sofre intervenções de todo o tipo, para ajustá-la aos interesses imperialistas como, por exemplo, na infraestrutura e no modelo de educação escolar.

Com a vitória dos partidos pró-independência nas eleições municipais de 1899, mesmo com as leis eleitorais moldadas para manter 95% da população sem direito de participação, principalmente a maioria negra e pobre, as forças de ocupação começam a perceber que a busca da independência ainda era uma pauta muito importante para o povo de Cuba. Assim, o governo estadunidense estuda então possibilitar a independência cubana, mas mantendo a sua influência no país, considerado desde sempre uma região estratégica para os interesses geopolíticos e econômicos dos EUA.

Para assegurar que uma Cuba independente seria sempre subordinada às decisões e aos objetivos dos EUA, foi apresentada, pelo senador Orville Platt, em 1901, a emenda que ficou conhecida com a alcunha de *Emenda Platt*, algo que, com sua aprovação, significou que “*politicamente o país passou a ser uma pseudo-república, complemento da neocolônia no plano econômico, tutelada pela presença ostensiva dos EUA.*¹⁰¹” Os dispositivos desta emenda representavam a continuidade da atuação imperialista sobre Cuba, mesmo após a independência formal da ilha.

Com a pressuposição fácil da superioridade da civilização norte-americana, e cega em relação à sensibilidade dos cubanos, a Emenda Platt foi um dos documentos definidores da era imperial. A sua influência perdurou muito depois de ter sido formalmente revogada em 1934.¹⁰²

Dentre os parágrafos da Emenda Platt, encontra-se a previsão formal da venda ou arrendamento de terras para os EUA, o que possibilitou a instalação da Base Naval da Baía de Guantánamo por parte do governo estadunidense. O texto desta cláusula ainda cita que a cedência de terras teria como objetivo a proteção de Cuba:

VII. Que, para dar condições aos EUA de manter a independência de Cuba e proteger o seu povo, assim como para a sua própria defesa, o governo de Cuba venda ou arrende aos EUA as terras necessárias para

¹⁰¹ Sader, 2001, p. 18

¹⁰² Gott, 2006, p. 132

abastecimento de carvão e postos navais em certos pontos especificados, a serem acordados com o presidente dos EUA.¹⁰³

Mas esta emenda não se limitava em obter parte do território cubano para a implantação de uma base naval, o que já era um fato prejudicial para a plena independência cubana. Pelo contrário, as outras seis cláusulas e seus parágrafos foram ainda mais nocivos para um país que ansiava por sua soberania.

Com a aceitação (forçada) da emenda, torna-se evidente que o Estado cubano ficaria totalmente a mercê da vontade do império estadunidense, pois o diminuto documento teria uma grande influência no destino da ilha nas décadas que se seguiram, prejudicando imensamente sua constituição como um país soberano. Na cláusula I, fica estabelecido que:

o governo de Cuba jamais celebre tratados ou convênios com qualquer potência estrangeira [...] nem de modo algum autorize ou permita que qualquer potência estrangeira obtenha, por colonização ou para finalidades militares, navais ou outras, ocupação ou controle de qualquer porção da ilha¹⁰⁴

Neste fragmento, fica claro que os EUA não aceitariam que nenhum país, que não fossem eles mesmos, poderia estabelecer qualquer tipo de tratado ou convênio de comércio ou cooperação com a Cuba “independente”. Ainda na cláusula II é citado “*que o dito governo não assuma ou contraia nenhuma dívida pública...*”¹⁰⁵.

Na cláusula III, estava previsto que os EUA “*possam exercer o direito de intervir a fim de preservar a independência cubana e a manutenção de um governo adequado à proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual, e ao cumprimento das obrigações [...] aos EUA pelo Tratado de Paris, a serem agora assumidas pelo governo de Cuba.*”¹⁰⁶ Além destes, o texto ainda cita a ratificação dos atos praticados pelos EUA durante a ocupação militar da ilha “*e que todos os direitos legais adquiridos [...] sejam mantidos e protegidos.*”¹⁰⁷

Nesta cláusula fica evidenciado que os EUA não aceitariam jamais que o povo cubano possuísse autonomia nas suas decisões. O trecho que cita a possibilidade de intervenção

¹⁰³ Emenda Platt, 1902. In: Gott, 2006, p.367

¹⁰⁴ Emenda Platt, 1902

¹⁰⁵ Emenda Platt, 1902

¹⁰⁶ Emenda Platt, 1902

¹⁰⁷ Emenda Platt, 1902

norte-americana para a *manutenção de um governo adequado* abria a possibilidade de ingerência estadunidense sempre que estes compreendessem que o governo cubano não estaria agindo conforme seus próprios interesses. Como efeito adicional desta prática, as intervenções norte-americanas não permitiriam o fortalecimento político interno de Cuba e a instauração de uma democracia que possibilitasse o surgimento de forças políticas populares, contrárias ao intervencionismo estadunidense.

De maneira ainda mais desastrosa, e contrária ao desenvolvimento político da ilha, a Emenda permitia aos governos cubanos evocar a assistência militar americana sempre que fossem confrontados por uma oposição interna vigorosa – por trabalhadores ou camponeses, ou simplesmente por facções políticas rivais.¹⁰⁸

Esta possibilidade de intervenção (que ocorreria diversas vezes nas primeiras décadas após a independência cubana), trouxe grandes dificuldades para a institucionalização política em Cuba e para a alternância democrática de poder. Este efeito perdurou mesmo após a revogação da emenda, em 1934.

Apesar da contrariedade da Assembleia Constituinte cubana, no dia 12 de junho de 1901 a Emenda Platt é integrada como anexo da Constituição da República de Cuba, o que, na prática, significava a impossibilidade da ilha tornar-se realmente um Estado soberano. Cuba se transforma, desde a intervenção militar e ainda mais a partir deste momento, numa neocolônia¹⁰⁹, sob o domínio político e econômico dos EUA. Este resultado reafirmava uma linha de condução permanente da política externa estadunidense desde o início do século XIX frente aos países do Caribe e da América Latina, pautada no expansionismo, representado na prática de um intervencionismo imperialista.

La imposición de la Enmienda Platt por el gobierno de los Estados Unidos a la Convención Constituyente Cubana como condición indispensable e ineludible para poner término al estado de ocupación militar y entregar la isla a los cubanos, no constituye un episodio aislado, excepcional o anacrónico en la historia de la relaciones entre Norteamérica y Cuba, sino que significa y representa la continuación y ratificación, en un momento preciso y esperado, de la inalterable línea de conducta seguida por el Estado norteamericano con nuestra isla desde la remota fecha de 1805.¹¹⁰

¹⁰⁸ Gott, 2006, p. 133

¹⁰⁹ Sader, 2001, p. 19

¹¹⁰ Roig de Leuchsenring, 1961, p. 193

No contexto político, a interferência norte-americana foi intensa durante as primeiras décadas do século XX, com base no que previa a Emenda Platt. O governo estadunidense intervém militarmente nas disputas políticas internas de Cuba de 1906 a 1909, em 1912, e de 1917 a 1923. Agindo sempre que existisse a possibilidade de que forças contrárias aos seus interesses ascendessem ao poder. Assim, como afirma o cubano Francisco Segrera, a Emenda Platt “*representó una merma considerable de nuestra soberanía, pues no sólo entregó parte de nuestro territorio, sino que también legitimó la intervención en las circunstancias que los Estados Unidos estimasen convenientes*”¹¹¹

3.4 O Tratado de Reciprocidade Comercial entre Cuba e EUA, derivação da Emenda Platt

A imposição da Emenda Platt como condição para possibilitar sua independência ocasionou para Cuba um panorama de dependência global para com os EUA, centrada fortemente no âmbito econômico (inserido no contexto do capitalismo dependente latino-americano)¹¹² do país, pois este torna-se totalmente dependente da exportação de açúcar para os EUA, sua principal fonte de renda, com o estabelecimento das cotas de compra do produto pelo governo norte-americano, além de grande parte da produção estar sob controle de empresas estadunidenses naquele momento, representada na propriedade da maior parte das usinas e das terras cubanas em mãos norte-americanas.

O Tratado de Reciprocidade Comercial, firmado entre Cuba e EUA em 11 de dezembro de 1902, foi a forma encontrada pelo governo estadunidense de manter sob seu estrito controle, em condições vantajosas para seus interesses, a estrutura econômica do recém independente Estado de Cuba. Como salienta Emilio Roig, apesar de a Emenda não conter

¹¹¹ Lopez Segrera, Francisco. Cuba: capitalismo dependiente y subdesarrollo (1510-1959). La Habana. Casa de las Américas, 1972, p. 213

¹¹² Para conceituar o capitalismo dependente latino-americano, delimitando a sua característica na região, que condiciona a estruturação de economias subdesenvolvidas, foi utilizado o estudo realizado por Vânia Bambirra. Na sua obra “*O capitalismo dependente latino-americano*” (2012) a autora propõem “*definir novas categorias analítico-explicativas que sirvam de base, não propriamente para uma nova teoria do desenvolvimento, mas sim para uma teoria da dependência*”. Neste livro Bambirra trabalha com a ideia de uma tipologia histórico-estrutural para as sociedades latino-americanas. E sustenta que: o “atraso” dos países dependentes foi uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros. (BAMBIRRA, 2012, p. 44)

nenhuma cláusula sobre um tratado comercial, este é um desdobramento da ingerência estadunidense sobre Cuba:

Aunque en ninguna de las cláusulas de la Enmienda Platt se hacia referencia a promesa, compromiso u obligación, por parte de Cuba ni de los Estados Unidos, de la concertación [...] de un tratado de reciprocidad comercial entre ambos países, es innegable [...] el contenido económico de la enmienda, exteriorizado, [...] en el propósito que abrigaban los Estados Unidos de satisfacer sus necesidades de expansión comercial, asegurándose, con ventajas excepcionales y garantías indestructibles, a Cuba como mercado para los productos de la industria norteamericana.¹¹³

Basicamente, o referido Tratado firmava um acordo onde os produtos cubanos entrariam no mercado norte-americano com uma redução de 20% nas tarifas alfandegárias. Em contrapartida, o mercado cubano receberia as mercadorias produzidas nos EUA com uma redução tarifária que variava entre 20, 25, 30 e 40 por cento, dependendo do tipo do produto.

Este acordo era extremamente benéfico para os interesses do empresariado estadunidense, tanto para os que tinham sua produção em território norte-americano quanto para os investimentos destes em terras cubanas. Já que a produção de açúcar de Cuba, que estava dominada pelo capital estadunidense naquele momento, poderia exportar sua produção para o mercado dos EUA com preços competitivos devido à redução de tarifas. E para a exportação da produção norte-americana (tanto industrial quanto de produtos primários) para o mercado cubano também haveria grande vantagem comercial, pois grande parte destes produtos teriam a redução tarifária que oscilava de 20% até 40% do valor tabelado para entradas de produtos de mesmo gênero provenientes de outros países.

Como resultado do Tratado, ocorre o aumento do controle comercial do poderoso vizinho imperialista sobre a economia cubana. O acordo também afeta o desenvolvimento industrial de Cuba, devido à invasão de produtos manufaturados norte-americanos no mercado consumidor da ilha. Além disso, impossibilita a diversificação agrícola do país, que fica refém da monocultura açucareira, voltada para a exportação, quase toda ela absorvida pelo mercado dos EUA.

El tránsito de la dependencia colonial de España a la dependencia neocolonial de Estados Unidos que se consumó entre 1880 y 1902, aumentó el subdesarrollo cubano. Esta expansión del subdesarrollo se evidencia: [...] en la apropiación de nuestro comercio exterior y de nuestra economía

¹¹³ Roig de Leuchsenring, 1961, p. 171

interna - particularmente del sector azucarero - por los intereses imperialistas norteamericanos.¹¹⁴

Antes mesmo da implementação do Tratado Comercial, a economia cubana já estava completamente atrelada aos propósitos norte-americanos. Como uma de suas metas, no contexto do imperialismo de capital monopolista estadunidense, o governo dos EUA moldava, desde antes da ocupação de 1898, a economia cubana para a realização de seus interesses expansionistas. Grande parte da indústria açucareira, bem como a propriedade da terra, estavam nas mãos de proprietários norte-americanos a partir da segunda metade do século XIX, situação acentuada no final da década de 1890.

Esta concentración de la propiedad territorial, fue posible gracias a que la Enmienda Platt y el Tratado de Reciprocidad Comercial, convirtieron la nación cubana en coto cerrado del capital financiero yanqui, que la transformó en una monoprodutora de azúcar e importadora de manufactura, agudizando los rasgos que habían hecho emergencia en el siglo XIX.¹¹⁵

Neste contexto, de competição por mercados e matérias-primas pelas potências capitalistas altamente desenvolvidas, a necessidade de criar enclaves econômicos especializados torna-se uma prática comum entre os países atuantes neste novo modelo de imperialismo. Assim, Cuba deveria ser, na condição de neocolônia estadunidense, um ambiente propício para os investimentos do capitalismo financeiro norte-americano, além de exportadora especializada de basicamente um produto: o açúcar.

Em seu livro de 1935 (1ª Edição), o historiador cubano Emilio Roig resume as consequências do Tratado de Reciprocidade Comercial de 1902 para seu país:

la pérdida de nuestra tierra y nuestra economía, la absorción y explotación de las riquezas naturales de nuestro suelo por los grandes trusts latifundistas azucareros, en perjuicio de nuestro pueblo y en beneficio tan sólo del capital extranjero y de unos cuantos negociantes, políticos y gobernantes criollos, [...] ao servicio de esos intereses norteamericanos; trusts que han acaparado y controlado nuestra primera industria en unión de los bancos interesados en esos grandes centrales, produciendo la dolorosa y no bien comprendida realidad de no ser nuestro el azúcar que en Cuba se produce.¹¹⁶

Como um país monocultor e dependente de um único mercado consumidor, a economia cubana seria inserida na dinâmica da economia global como um Estado

¹¹⁴ Lopez Segrera, 1972, p. 204

¹¹⁵ Lopez Segrera, 1972, p. 237

¹¹⁶ Roig de Leuchsenring, 1961, p. 190

subdesenvolvido, que deveria cumprir seu papel como tal, servindo aos interesses do capital estadunidense. Para isso, o Tratado de Reciprocidade Comercial seria o instrumento adequado de manutenção da característica de subdesenvolvimento e dominação econômica cubana pelo imperialismo norte-americano.

Esa política, primera manifestación de lo que sería el neocolonialismo contemporáneo, trajo a la economía cubana una completa deformación estructural. La industria azucarera se convirtió en su centro económico, representando hasta 30% en la generación del ingreso nacional. Los imperialistas norteamericanos se aseguraron el predominio en esa industria y en su base agrícola, combinando una política de concentración de inversiones con la utilización de todas las formas de presión sobre diversos sectores del pueblo cubano para forzarlos a vender sus propiedades agrícolas e industriales del azúcar a los precios bajos.¹¹⁷

A consolidação desta política neocolonialista se afirmaria a partir de então, permanecendo atuante em Cuba durante as primeiras décadas da sua independência, com o predomínio completo dos interesses imperialistas do poderoso vizinho do norte.

El Tratado Permanente o Enmienda Platt, y luego el Tratado de Reciprocidad Comercial (1902), fueron los instrumentos jurídicos con que la potencia imperialista se garantizó el dominio neocolonial de Cuba, que en 1902 obtuvo su independencia formal, pero no real.¹¹⁸

O Tratado de Reciprocidade Comercial (âmbito econômico), conjugado com a Emenda Platt (âmbito político), foram os elementos que ratificaram uma completa submissão da soberania cubana aos desígnios norte-americanos.

¹¹⁷ La Revolución cubana y el período de transición, fil. 1, p. 5. Citado em: Lopez Segrera, 1972, p. 219

¹¹⁸ Lopez Segrera, 1972, p. 213

Considerações finais

Conclui-se que os EUA, na relação com a América Latina e Caribe, se caracterizaram desde a sua independência como um poder imperialista e que desenvolveu um processo expansionista sobre os territórios a oeste e sul de suas fronteiras originais. Este processo, a partir da consolidação de seu expansionismo em direção ao oeste se voltou para o sul do continente, atingindo diretamente os povos mais próximos geograficamente e de forma mais abrangente todos os países da América Latina e Caribe.

O imperialismo estadunidense tem seu momento de transformação de um fenômeno regional para ter um alcance global a partir da virada do século XIX para o XX, tendo sido a guerra contra a Espanha um acontecimento que reflete este novo momento da política externa norte-americana. A partir deste instante, durante as próximas décadas, os EUA conquistam espaço entre o seleto grupo de países imperialistas, restrito ao continente europeu até a última década do século XIX. Nesta nova forma de imperialismo, com base no capital financeiro monopolista, os EUA rapidamente se consolidam como a maior potência imperialista mundial, principalmente após as grandes Guerras de 1914 e 1939.

A luta cubana para sua independência, que ocorria desde meados do século XIX, estava em seus momentos derradeiros em 1898, mas o seu objetivo se viu frustrado pela entrada em cena do poderoso vizinho do norte, que identificou a situação que se encontrava o conflito, e a fragilidade do Império da Espanha, como uma oportunidade de substituí-lo como senhor dos últimos territórios sob domínio espanhol naquele momento. O Tratado de Paz de Paris de 1898 irá consolidar este processo expansionista estadunidense sobre os territórios caribenhos.

Após quatro anos de ocupação militar estadunidense em território cubano, os EUA impõem a aceitação da chamada Emenda Platt como apêndice da sua constituição para permitir a independência formal de Cuba. Este documento significou que a soberania da ilha fosse uma mera formalidade, transformando o novo país caribenho numa semi-colônia norte-americana, controlado política e economicamente pelo jovem e poderoso poder imperialista.

Após mais de 30 anos de independência condicionada cubana, submetida a um regime semi-colonial pelos EUA, em 1934 a Emenda Platt é finalmente revogada (juntamente com o Tratado de Reciprocidade Comercial de 1902, que é substituído por outro do mesmo gênero naquele ano), depois de décadas da sua imposição. Mas seus efeitos foram muito além daquela data, pois esta Emenda, entre outros mecanismos, impossibilitou um desenvolvimento autônomo da sociedade cubana, atrelada forçosamente aos interesses dos EUA, através do controle político e econômico da ilha. Nestes quesitos, Cuba conseguirá se livrar completamente das amarras imperialistas apenas com a chegada de Fidel Castro ao poder, com a vitória revolucionária de 1º de janeiro de 1959.

Ainda assim, a ocupação da Baía de Guantánamo, se apropriando do território de um país soberano do Caribe contra a sua vontade permanece como um símbolo da expansão territorial e da intransigência do mais poderoso império da era moderna. Neste local, atualmente, existe uma Base Naval e um campo de concentração estadunidense, apesar das reiteradas tentativas do governo cubano de recuperar a soberania da região.

Este trabalho procurou demonstrar que no decorrer de todo o século XIX e início do século XX, o objetivo dos EUA de obter a hegemonia geopolítica e econômica sobre o continente americano teve forte influência negativa para a soberania e autodeterminação dos demais povos da região. Especialmente para a América Latina e o Caribe.

Tendo como foco principal a ingerência estadunidense em território cubano desde a Guerra Hispano-Americana de 1898, e as consequências desta para Cuba a partir da ocupação militar norte-americana da ilha nos primeiros anos do século XX, esperamos ter contribuído para o debate sobre a postura imperialista dos EUA nas suas relações com os demais países das Américas. Consideramos este tema relevante para a compreensão das características de subdesenvolvimento e instabilidade política que permeiam a história das sociedades latino-americanas e caribenhas.

Referências bibliográficas.

- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Boitempo, 2015
- ATKINS, John Black. *The War in Cuba: The Experiences of an Englishman with the United States Army*, Londres, 1899
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia*. São Paulo, Editora da UNESP, 2002.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. São Paulo. Insular, 2012
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988
- CHAPEAU, José Peraza. *El Tratado de Paz de Paris: Breve estudio jurídico-político*. Ed. Política. La Habana, 1998
- COSTA, Iraci del Nero da e PIRES, Julio Manuel. *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. Ed. EDUC - Editora da PUC-SP, 2014
- FICHOU, Jean-Pierre. *A Civilização Americana*. Papyrus Editora, 1990
- FONER, Philip S. *A History of Cuba and its Relations with the United States*. New York. International Publ., 1963
- GONCHARUK, M (ORG.). *El Panamericanismo: su evolucion historica y esencia*. Acad. de Ciencias de la URSS, Moscú, 1982
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006
- GUERRA Y SÁNCHEZ, Ramiro. *La expansión territorial de los Estados Unidos: a expensas de España y de los países hispanoamericanos*, 2ªEd. La Habana, Editora del Consejo Nacional de Universidades, 1964.
- HENRY, James. *Richard Olney and his public service*. Boston y New York, 1923

- HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988
- JOHNSON, Willis. *The History of Cuba*, vol. 2 e 4, New York, 1920
- LECUONA, Oscar Zanetti. *Comercio y Poder - relaciones cubano-hispano-norteamericanas en torno a 1898*. Fondo Editorial Casa de las Américas, 1998
- LENIN, V. I. *Imperialismo, estagio superior do capitalismo*. Expressão Popular, 2012
- LEUCHSENDRING, Emilio Roig de. *Historia de la Enmienda Platt. La Habana*. Instituto cubano del libro, 1961
- MAHAN, Alfred Thayer. *Interés de Estados Unidos de America en el poderio marítimo: Presente y futuro: Geopolítica y geoestrategia naval estadounidense*. Ediciones LAVP, 2015
- MARTÍ, José. “*Nuestra América*”. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2003
- PÉREZ Jr., Louis A. *Cuba between empires, 1878-1902*. Pittsburgh, University of Pittsburgh, 1983
- PÉREZ Jr., Louis A. *Incurring a Debt of Gratitude: 1898 and the Moral Sources of United States Hegemony in Cuba*. American Historical Review, Vol. 104, 11.2, April, 1999
- RODRÍGUEZ, Pedro Pablo. *Martí e as duas Américas*. Pedro Pablo. Expressão Popular, 2006
- SADER, Emir. *A Revolução Cubana. Um socialismo em construção*. Petrópolis, Vozes, 2001

SALAZAR, Luis Suárez. *Las relaciones interamericanas: continuidades y cambios* / Luis Suárez Salazar y Tania García Lorenzo. 1ª ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008

SEGRERA, Francisco Lopez. *Cuba: capitalismo dependiente y subdesarrollo (1510-1959)*. La Habana. Casa de las Américas, 1972

STONE, Lawrence: *The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History*. Past & Present, No. 85, 1979

ZIMMERMANN, Warren. *First Great Triumph: how five Americans made their country a word power*. New York. Farrar, Straus and Giroux, 2002

Fontes

Emenda Platt, 1902. In: GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2006. Apêndice B.

Protocolo de Paz de 12 de agosto de 1898. In: CHAPEAU, José Peraza. *El Tratado de Paz de Paris: Breve estudio jurídico-político*. Ed. Política. La Habana, 1998. Anexo II

Tratado de Paz de Paris, versão em espanhol:

[http://es.wikisource.org/wiki/Tratado_de_Paris_\(1898\)](http://es.wikisource.org/wiki/Tratado_de_Paris_(1898)). Acesso: abril de 2015

Tratado de Reciprocidad Comercial entre la República de Cuba y los Estados Unidos de América (1903). *Cuban Law*. Book 12: http://collections.law.fiu.edu/cuban_law/12. Acesso agosto de 2015

ANEXO I

PROTOCOLO DE PAZ DE 12 DE AGOSTO DE 1898

Se incorporan los Términos de una base para el establecimiento de la paz entre los dos países

William R. Day, Secretaria de Estado de los Estados Unidos, y el Excelentísimo Jules Cambon, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario de la República de Francia en Washington, respectivamente, que posee para este fin toda la autoridad de los Gobiernos de los Estados Unidos y el Gobierno de España, han concluido y firmado los siguientes artículos, que incorporan los términos en que los dos Gobiernos han acordado con respecto a las cuestiones abajo designadas, teniendo en vista el establecimiento de la paz entre los dos países, a saber:

Artículo I. España renunciará a todo derecho de soberanía y propiedad sobre Cuba.

Artículo II. España cederá a los Estados Unidos la isla de Puerto Rico y otras islas ahora bajo la soberanía española en las Indias Occidentales, y también una isla en las Ladronas de ser seleccionados por los Estados Unidos.

Artículo III. Los Estados Unidos va a ocupar y mantener la ciudad, la bahía y el puerto de Manila, en espera de la conclusión de un tratado de paz que determinará el control, la disposición, y el gobierno de las Filipinas.

Artículo IV. España evacuará inmediatamente Cuba, Puerto Rico y otras islas ahora bajo la soberanía española en las Indias Occidentales; y para este fin, cada Gobierno, dentro de los diez días después de la firma de este protocolo, nombrar comisionados, y los Comisarios así designada, dentro de los 30 días posteriores a la firma del protocolo, se reúnen en La Habana con el propósito de organizar y llevar a cabo la detalles de la evacuación antes mencionada de Cuba y las islas españolas adyacentes; y cada Gobierno, dentro de los diez días después de la firma de este protocolo, se reúnen en San Juan, en Puerto Rico, con el propósito de organizar y llevar a cabo los detalles de la evacuación antes mencionada de Puerto Rico y otras islas ahora bajo la soberanía española en el Antillas.

Artículo V. Los Estados Unidos y España nombrarán cada uno no más de cinco miembros de la Comisión a los tratados de paz y de los miembros de la Comisión así designados se reunirán en París a más tardar el 1 de octubre de 1898. Y proceder a la negociación y la celebración de un tratado de paz, que tratado deberá sujeto a ratificación de acuerdo con las respectivas formas constitucionales de los dos países.

Artículo VI. Tras la conclusión y firma de este protocolo, las hostilidades entre los dos países se suspenderán, y comunicación en tal sentido se dará tan pronto como sea posible por cada Gobierno a los comandantes de sus fuerzas militares y navales.

Hecho en Washington, por duplicado, en Inglés y en Francés, por el que suscribe, que suscriben el presente Convenio en sus manos y sellos, el día 12 de agosto 1898.

(Firmado) William R. Day (Firmado) Jules Cambon

ANEXO II

TRATADO DE PAZ ENTRE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMERICA Y EL REINO DE ESPAÑA

Firmado en París el 10 de diciembre de 1898. Recomendada por el Senado su ratificación, el 6 de Febrero de 1899. Ratificado por el Presidente, el 6 de febrero de 1899. Ratificado por Su Majestad la Reina Regente de España, el 19 de marzo de 1899. Canjeadas las ratificaciones en Wáshington el 11 de abril de 1899. Proclamado en Wáshington el 11 de abril de 1899.

Por cuanto un Tratado de Paz entre los Estados Unidos de América y Su Majestad la Reina Regente de España, en el nombre de Su Augusto Hijo Don Alfonso XIII, se ha ultimado y firmado por sus respectivos plenipotenciarios en París el día diez de diciembre de 1898, del cual Convenio el texto original, en los idiomas inglés y español, dice literalmente lo que sigue:

Los Estados Unidos de América y S. M. la Reina Regente de España, en nombre de Su Augusto Hijo Don Alfonso XIII, deseando poner término al estado de guerra hoy existente entre ambas naciones, han nombrado con este objeto por sus Plenipotenciarios a saber:

El Presidente de los Estados Unidos de América a: William R. Day, Cushman K. Davis, William P. Frye, George Gray y Whitelaw Reid, ciudadanos de los Estados Unidos;

Y su Majestad la Reina Regente de España, a Don Eugenio Montero Ríos, Presidente del Senado; Don Buenaventura de Abarzuza, Senador del Reino, Ministro que ha sido de la Corona; Don José de Garnica, Diputado a Cortes, Magistrado del Tribunal Supremo; Don Wenceslao Ramírez de Villa-Urrutia, Enviado Extraordinario y Ministro plenipotenciario en Bruselas, y Don Rafael Cerero, General de división;

Los cuales reunidos en París, después de haberse comunicado sus plenos poderes que fueron hallados en buena y debida forma, y previa la discusión de las materias pendientes, han convenido en los siguientes artículos.

Artículo I España renuncia todo derecho de soberanía y propiedad sobre Cuba. En atención a que dicha isla, cuando sea evacuada por España, va a ser ocupada por los Estados Unidos, los Estados Unidos mientras dure su ocupación, tomarán sobre sí y cumplirán las obligaciones que por el hecho de ocuparla, les impone el Derecho Internacional, para la protección de vidas y haciendas.

Artículo II España cede a los Estados Unidos la Isla de Puerto Rico y las demás que están ahora bajo su soberanía en las Indias Occidentales, y la Isla de Guam en el Archipiélago de las Marianas o Ladrones.

Artículo III España cede a los Estados Unidos el archipiélago conocido por las Islas Filipinas, que comprende las islas situadas dentro de las líneas siguientes: Una línea que corre de Oeste a Este, cerca del 20° paralelo de latitud Norte, a través de la mitad del canal navegable de Bachi, desde el 118° al 127 grados de longitud Este de Greenwich; de aquí a lo largo del ciento veinte y siete (127) grado meridiano de longitud Este de Greenwich al paralelo cuatro grados cuarenta y cinco minutos (4° 45') de latitud Norte; de aquí siguiendo el paralelo de cuatro grados cuarenta y cinco minutos de latitud Norte (4° 45') hasta su intersección con el meridiano de longitud ciento diez y nueve grados y treinta y cinco minutos (119° 35') Este de Greenwich al paralelo de latitud siete grados cuarenta minutos (7° 40') Norte; de aquí siguiendo el paralelo de latitud siete grados cuarenta minutos (7° 40') Norte, a su intersección con el ciento diez y seis (116°) grado meridiano de longitud Este de Greenwich, de aquí por una línea recta, a la intersección del décimo grado paralelo de latitud Norte, con el ciento diez y ocho (118°) grado meridiano de longitud Este de Greenwich, y de aquí siguiendo el ciento diez y ocho grado (118°) meridiano de longitud Este de Greenwich, al punto en que comienza esta demarcación. Los Estados Unidos pagarán a España la suma de veinte millones de dólares (\$20,000,000) dentro de los tres meses después del canje de ratificaciones del presente tratado.

Artículo IV Los Estados Unidos durante el término de diez años a contar desde el canje de la ratificación del presente tratado admitirán en los puertos de las Islas Filipinas los buques y las mercancías españolas, bajo las mismas condiciones que los buques y las mercancías de los Estados Unidos.

Artículo V Los Estados Unidos, al ser firmado el presente tratado, trasportarán a España, a su costa, los soldados españoles que hicieron prisioneros de guerra las fuerzas americanas al ser capturada Manila. Las armas de estos soldados les serán devueltas. España, al canjearse las ratificaciones del presente tratado, procederá a evacuar las Islas Filipinas, así como la de Guam, en condiciones

semejantes a las acordadas por las Comisiones nombradas para concertar la evacuación de Puerto Rico y otras Islas en las Antillas Occidentales, según el Protocolo de 12 de agosto de 1898, que continuará en vigor hasta que sean completamente cumplidas sus disposiciones. El término dentro del cual será completada la evacuación de las Islas Filipinas y la de Guam, será fijado por ambos Gobiernos. Serán propiedad de España banderas y estandartes, buques de guerra no apresados, armas portátiles, cañones de todos calibres con sus montajes y accesorios, pólvoras, municiones, ganado, material y efectos de toda clase pertenecientes a los Ejércitos de mar y tierra de España en las Filipinas y Guam. Las piezas de grueso calibre, que no sean artillería de campaña, colocadas en las fortificaciones y en las costas, quedarán en sus emplazamientos por el plazo de seis meses a partir del canje de ratificaciones del presente tratado, y los Estados Unidos podrán, durante ese tiempo, comprar a España dicho material, si ambos Gobiernos llegan a un acuerdo satisfactorio sobre el particular.

Artículo VI España al ser firmado el presente tratado, pondrá en libertad a todos los prisioneros de guerra y a todos los detenidos o presos por delitos políticos a consecuencia de las insurrecciones en Cuba y en Filipinas y de la guerra con los Estados Unidos. Recíprocamente, los Estados Unidos pondrán en libertad a todos los prisioneros de guerra hechos por las fuerzas americanas, y gestionarán la libertad de todos los prisioneros españoles en poder de los insurrectos de Cuba y Filipinas. El Gobierno de los Estados Unidos transportará, por su cuenta a España, y el Gobierno de España transportará por su cuenta a los Estados Unidos, Cuba, Puerto Rico y Filipinas, con arreglo a la situación de sus respectivos hogares, los prisioneros que pongan o que hagan poner en libertad respectivamente, en virtud de este artículo.

Artículo VII España y los Estados Unidos de América renuncian mutuamente, por el presente tratado, a toda reclamación de indemnización nacional o privada de cualquier género de un Gobierno contra el otro, o de sus súbditos o ciudadanos contra el otro Gobierno, que pueda haber surgido desde el comienzo de la última insurrección en Cuba y sea anterior al canje de ratificaciones del presente tratado, así como a toda indemnización en concepto de gastos ocasionados por la guerra. Los Estados Unidos juzgarán y resolverán las reclamaciones de sus ciudadanos contra España, a que renuncia en este artículo.

Artículo VIII En cumplimiento de lo convenido en los artículos I, II y III de este tratado, España renuncia en Cuba y cede en Puerto Rico y en las otras islas de las Indias Occidentales, en la Isla de Guam y en el Archipiélago de las Filipinas, todos los edificios, muelles, cuarteles, fortalezas, establecimientos, vías públicas y demás bienes inmuebles que con arreglo a derecho son del dominio público, y como tal corresponden a la Corona de España. Queda por lo tanto declarado que esta renuncia o cesión, según el caso, a que se refiere el párrafo anterior, en nada puede mermar la propiedad, o los derechos que correspondan, con arreglo a las leyes, al poseedor pacífico, de los bienes

de todas clases de las provincias, municipios, establecimientos públicos o privados, corporaciones civiles o eclesiásticas, o de cualesquiera otras colectividades que tienen personalidad jurídica para adquirir y poseer bienes en los mencionados territorios renunciados o cedidos, y los de los individuos particulares, cualquiera que sea su nacionalidad. Dicha renuncia o cesión, según el caso, incluye todos los documentos que se refieran exclusivamente a dicha soberanía renunciada o cedida, que existan en los Archivos de la Península. Cuando estos documentos existentes en dichos Archivos, sólo en parte correspondan a dicha soberanía, se facilitarán copias de dicha parte, siempre que sean solicitadas. Reglas análogas habrán recíprocamente de observarse en favor de España, respecto de los documentos existentes en los Archivos de las Islas antes mencionadas. En las antecitadas renuncia o cesión, según el caso, se hallan comprendidos aquellos derechos de la Corona de España y de sus autoridades sobre los Archivos y Registros oficiales, así administrativos como judiciales de dichas islas, que se refieran a ellas y a los derechos y propiedades de sus habitantes. Dichos Archivos y Registros deberán ser cuidadosamente conservados y los particulares sin excepción, tendrá derecho a sacar, con arreglo a las leyes, las copias autorizadas de los contratos, testamentos y demás documentos que formen parte de los protocolos notariales o que se custodien en los Archivos administrativos o judiciales, bien éstos se hallen en España, o bien en las Islas de que se hace mención anteriormente.

Artículo IX Los súbditos españoles, naturales de la Península, residentes en el territorio cuya soberanía España renuncia o cede por el presente tratado, podrán permanecer en dicho territorio o marcharse de él, conservando en uno u otro caso todos sus derechos de propiedad, con inclusión del derecho de vender o disponer de tal propiedad o de sus productos; y además tendrán el derecho de ejercer su industria, comercio o profesión, sujetándose a este respecto a las leyes que sean aplicables a los demás extranjeros. En el caso de que permanezcan en el territorio, podrán conservar su nacionalidad española haciendo ante una oficina de registro, dentro de un año después del cambio de ratificaciones de este tratado, una declaración de su propósito de conservar dicha nacionalidad: a falta de esta declaración, se considerará que han renunciado dicha nacionalidad y adoptado la del territorio en el cual pueden residir. Los derechos civiles y la condición política de los habitantes naturales de los territorios aquí cedidos a los Estados Unidos se determinarán por el Congreso.

Artículo X Los habitantes de los territorios cuya soberanía España renuncia o cede, tendrán asegurado el libre ejercicio de su religión.

Artículo XI Los españoles residentes en los territorios cuya soberanía cede o renuncia España por este tratado, estarán sometidos en lo civil y en lo criminal a los tribunales del país en que residan con arreglo a las leyes comunes que regulen su competencia, pudiendo comparecer ante aquéllos, en la

misma forma y empleando los mismos procedimientos que deban observar los ciudadanos del país a que pertenezca el tribunal.

Artículo XII Los procedimientos judiciales pendientes al canjarse las ratificaciones de este tratado, en los territorios sobre los cuales España renuncia o cede su soberanía, se determinarán con arreglo a las reglas siguientes: 1. Las sentencias dictadas en causas civiles entre particulares o en materia criminal, antes de la fecha mencionada, y contra las cuales no haya apelación o casación con arreglo a las leyes españolas, se considerarán como firmes, y serán ejecutadas en debida forma por la Autoridad competente en el territorio dentro del cual dichas sentencias deban cumplirse. 2. Los pleitos civiles entre particulares que en la fecha mencionada no hayan sido juzgados, continuarán su tramitación ante el Tribunal en que se halle el proceso, o ante aquel que lo sustituya. 3. Las acciones en materia criminal pendientes en la fecha mencionada ante el Tribunal Supremo de España contra ciudadanos del territorio que según este tratado deja de ser español, continuarán bajo su jurisdicción hasta que recaiga la sentencia definitiva; pero una vez dictada esa sentencia, su ejecución será encomendada a la Autoridad competente del lugar en que la acción se suscitó.

Artículo XIII Continuarán respetándose los derechos de propiedad literaria, artística e industrial, adquiridos por españoles en las Islas de Cuba y en las de Puerto Rico, Filipinas y demás territorios cedidos, al hacerse el canje de las ratificaciones de este tratado. Las obras españolas científicas, literarias y artísticas, que no sean peligrosas para el orden público en dichos territorios, continuarán entrando en los mismos, con franquicia de todo derecho de aduana por un plazo de diez años a contar desde el canje de ratificaciones de este tratado.

Artículo XIV España podrá establecer Agentes Consulares en los puertos y plazas de los territorios cuya renuncia y cesión es objeto de este tratado.

Artículo XV El Gobierno de cada país concederá, por el término de diez años, a los buques mercantes del otro el mismo trato en cuanto a todos los derechos de puerto, incluyendo los de entrada y salida, de faro y tonelaje, que concede a sus propios buques mercantes no empleados en el comercio de cabotaje. Este artículo puede ser denunciado en cualquier tiempo dando noticia previa de ello cualquiera de los dos Gobiernos al otro con seis meses de anticipación.

Artículo XVI Queda entendido que cualquiera obligación aceptada en este tratado por los Estados Unidos con respecto a Cuba, está limitada al tiempo que dure su ocupación en esta isla, pero al terminar dicha ocupación, aconsejarán al Gobierno que se establezca en la isla que acepte las mismas obligaciones.

Artículo XVII El presente tratado será ratificado por el Presidente de los Estados Unidos, de acuerdo y con la aprobación del Senado, y por Su Majestad la Reina Regente de España; y las ratificaciones se canjearán en Wáshington dentro del plazo de seis meses desde esta fecha, o antes si posible fuese.

En fe de lo cual, los respectivos Plenipotenciarios firman y sellan este tratado. Hecho por duplicado en París a diez de diciembre del año mil ochocientos noventa y ocho.

ANEXO III

LA ENMIENDA PLATT, 1902

Que en cumplimiento de la declaración contenida en la resolución conjunta aprobada en 20 de abril de mil ochocientos noventa y ocho, intitulada "Para el reconocimiento de la independencia del pueblo cubano", exigiendo que el Gobierno de España renuncie a su autoridad y gobierno en la Isla de Cuba, y retire sus fuerzas terrestres y marítimas de Cuba y de las aguas de Cuba y ordenando al Presidente de los Estados Unidos que haga uso de las fuerzas de tierra y mar de los EE.UU. para llevar a efecto estas resoluciones, el Presidente por la presente, queda autorizado para dejar el Gobierno y control de dicha Isla a su pueblo, tan pronto como se haya establecido en esa Isla un gobierno bajo una Constitución, en la cual, como parte de la misma, o en una ordenanza agregada a ella se definan las futuras relaciones entre Cuba y los EE.UU. sustancialmente, como sigue:

PRIMERO. - Que el Gobierno de Cuba nunca celebrará con ningún Poder o Poderes extranjeros ningún Tratado u otro Convenio que pueda menoscabar o tienda a menoscabar la independencia de Cuba ni en manera alguna autorice o permita a ningún Poder o Poderes extranjeros, obtener por colonización o para propósitos militares o navales, o de otra manera, asiento en o en control sobre ninguna porción en dicha Isla.

SEGUNDO. - Que dicho Gobierno no asumirá o contraerá ninguna deuda pública para el pago de cuyos intereses y amortización definitiva después de cubiertos los gastos corrientes del Gobierno, resulten inadecuados los ingreso ordinarios.

TERCERO. - Que el Gobierno de Cuba consiente que los Estados Unidos pueden ejercitar el derecho de intervenir para la conservación de la independencia cubana, el mantenimiento de un Gobierno adecuado para la protección de vidas, propiedad y libertad individual y para cumplir las obligaciones

que, con respecto a Cuba, han sido impuestas a los Estados Unidos por el Tratado de Paz y que deben ahora ser asumidas y cumplidas por el Gobierno de Cuba.

CUARTO. - Que todos los actos realizados por los Estados Unidos en Cuba durante su ocupación militar, sean tenidos por válidos, ratificados y que todos los derechos legalmente adquiridos a virtud de ellos, sean mantenidos y protegidos.

QUINTO. - Que el Gobierno de Cuba ejecutará y en cuanto fuese necesario cumplirá los planes ya hechos y otros que mutuamente se convengan para el saneamiento de las poblaciones de la Isla, con el fin de evitar el desarrollo de enfermedades epidémicas e infecciosas, protegiendo así al pueblo y al comercio de Cuba, lo mismo que al comercio y al pueblo del Sur de los Estados Unidos.

SEXTO. - Que la Isla de Pinos será omitida de los límites de Cuba propuestos por la Constitución, dejándose para un futuro arreglo por Tratado la propiedad de la misma.

SEPTIMO. - Que para poner en condiciones a los Estados Unidos de mantener la independencia de Cuba y proteger al pueblo de la misma, así como para su propia defensa, el Gobierno de Cuba venderá o arrendará a los Estados Unidos las tierras necesarias para carboneras o estaciones navales en ciertos puntos determinados que se convendrán con el presidente de los Estados Unidos.

OCTAVO. - Que para mayor seguridad en lo futuro, el Gobierno de Cuba insertará las anteriores disposiciones en un Tratado Permanente con los Estados Unidos.

ANEXO IV

TRATADO RECIPROCIDAD COMERCIAL ENTRE LA REPÚBLICA DE CUBA Y LOS ESTADOS UNIDOS DE AMERICA

FIRMADO EN LA HABANA EL 11 DE DICIEMBRE DE 1902. APROBADO POR EL SENADO DE CUBA en 28 de Marzo de 1903 y por el Congreso Americano el 16 de Diciembre del mismo año.

Tomás Estrada Palma, Presidente de la República de Cuba, á sus habitantes. SABED:

Que el día 11 de Diciembre de 1902 se concluyó y firmó en la Ciudad de la Habana, por medio de Plenipotenciarios debidamente autorizados al efecto, un Tratado de Reciprocidad Comercial entre la República de Cuba y los Estados Unidos de América; el cual Tratado, con las modificaciones introducidas en él y aprobado definitivamente por el Senado de la República de

Cuba en 28 de Marzo de 1903, es de la forma y del tenor siguientes:

ARTÍCULO I. Mientras rija el presente Tratado, todos los artículos ó mercancías, que sean productos del suelo ó de la industria de los Estados Unidos, que ahora se importan en la República de Cuba, libre de derechos, y todos los artículos ó mercancías que sean productos del suelo ó de la industria de la República de Cuba, que ahora se importan en los Estados Unidos libre de derechos, continuarán admitiéndose en los respectivos países libre de derechos.

ARTICULO II. Mientras rija el presente Tratado todos los artículos ó mercancías á que no sea aplicable el precedente Artículo I y que sean productos del suelo ó de la industria de la República de Cuba, serán admitidos á su importación en los Estados Unidos con una rebaja de veinte por ciento (20%) de los derechos de Aduanas fijados en el Arancel de los Estados Unidos, aprobado en Junio 24 de 1897, ó los que se fijen en cualquier Arancel que se promulgue en los Estados Unidos.

ARTICULO III. Mientras rija el presente Tratado todos los artículos ó mercancías á que no sea aplicable el precedente Artículo I y respecto de los cuales no se haga más adelante mención especial y que sean productos del suelo ó de la industria de los Estados Unidos, serán admitidos á su importación en la República de Cuba, con una rebaja de veinte por ciento (20%) sobre los derechos fijados en el actual Arancel ó en cualquier otro que se promulgue en la República de Cuba.

ARTICULO IV. Mientras rija el presente Tratado, los siguientes artículos ó mercancías, según los menciona y describe el actual Arancel de Aduanas de la República de Cuba, que sean productos del suelo ó de la industria de los Estados Unidos, serán admitidos á su importación en Cuba con las siguientes respectivas rebajas de los derechos que hoy rigen, ó en lo sucesivo se fijen en los Aranceles de Aduanas de la República de Cuba.

Clase A: Serán admitidos con una rebaja del veintidós por ciento (25%): Máquinas y aparatos de cobre y sus aleaciones; ó máquinas y aparatos, en que el cobre ó sus aleaciones entren como componentes de mayor valor; hierro fundido y forjado y el acero y artículos manufacturados con estos metales; artículos de cristal y vidrio; exceptuando vidrio para ventanas; buques y vehículos de todas clases para transportes por agua, siempre que sean de hierro ó acero; aguardiente (whisky) y brandies; pescado salado, en salmuera, ahumado ó escabechado; pescados y mariscos conservados en aceite ó cualquier otra forma, en latas; manufacturas de alfarería y barro comprendidas en las partidas 21 y 22 del actual Arancel de la República de Cuba.

Clase B: Se admitirán con una rebaja del treinta por ciento (30%): Mantequilla; harina de trigo; maíz; harina de maíz ó maíz molido; productos químicos, farmacéuticos y drogas simples; cerveza en botellas; bebidas no alcohólicas; sidras; aguas minerales; colores y tintes; vidrios para ventanas;

artículos confeccionados, total ó parcialmente, con cáñamo, lino, pita, yute, henequén, otras fibras vegetales, siempre que estén comprendidas en el Grupo II, Clase V, del actual Arancel de la República de Cuba; instrumentos para música; papel, para escribir é imprimir, excepto el que se destine para la impresión de periódicos; algodón y sus manufacturas, excepto los tejidos conocidos por «punto de median (Véase Clase «C»); cuchillería; botas, zapatos, chinelas, comprendidas en las Partidas 197 y 198 del Arancel vigente hoy en la República de Cuba; artículos dorados y plateados; dibujos, fotografías, grabados, litografías, cromolitografías, oleografías, impresas en piedra, zinc, aluminio, ú otro material y que se usen como etiquetas, bofetones, bandas y envolturas para tabaco ú otros objetos, y todos los demás papeles, cartones y sus manufacturas, clasificadas en las Partidas 157 á 164 del Arancel vigente hoy en la República de Cuba, con excepción del papel para cigarros, los mapas y cartas; jabones comunes, ú ordinarios clasificados en la Partida 105, letras A y B del Arancel de Aduanas vigente hoy en la República de Cuba; vegetales y legumbres, encurtidos ó conservados, en cualquier forma; vinos, exceptuando los clasificados en la Partida 279 A de Arancel de Aduanas vigente hoy en la República de Cuba.

Clase C: Se admitirán con una rebaja del cuarenta por ciento 40%: Tejidos de punto de media hechos de algodón, y todas las manufacturas de algodón no comprendidas en las clases anteriores; queso; frutas en conserva; pasta para papel; perfumería y esencias; artículos de alfarería y barros, clasificados en la Partida 20 del Arancel de Aduanas vigente hoy en la República de Cuba; porcelana; jabones finos; sombrillas y paraguas; dextrina y glucosa; relojes de bolsillo; lana y sus manufacturas; seda y sus manufacturas; arroz; ganado.

ARTICULO V. Deberá entenderse y se conviene que en las Leyes y disposiciones adoptadas ó que se adopten por los Estados Unidos y por la República de Cuba, con el propósito de proteger sus derechos de Aduanas, y de impedir el fraude en las declaraciones y justificaciones referentes á que las mercancías á que este Tratado sea aplicable son productos ó manufacturas de los Estados Unidos y de la República de Cuba, respectivamente, no se impondrá un aumento de gastos por virtud de recargos de ninguna clase sobre los artículos importados, salvo los derechos consulares establecidos ó que se establezcan por cualquiera de los dos países contratantes para el despacho de los documentos de embarque, los cuales derechos nunca serán mayores que los que se cobren por embarques de mercancías similares de cualquiera otra procedencia.

ARTICULO VI. Queda convenido que el tabaco de los Estados Unidos ó de sus posesiones insulares, en cualquiera de sus formas, no disfrutará de concesión ó ventaja alguna á su importación en la República de Cuba.

ARTICULO VII. Queda convenido que los artículos similares de ambos países recibirán igual trato á su importación en los puertos de los Estados Unidos y de la República de Cuba, respectivamente.

ARTICULO VIII. Mientras rija el presente Tratado los tipos de adeudo que resultan para las importaciones de la República de Cuba en los Estados Unidos por virtud de las rebajas que se estipulan en este Tratado, son, y continuarán siendo, preferenciales respecto de los artículos y mercancías similares de otros países; y en compensación de dichos derechos preferenciales concedidos á la República de Cuba por los Estados Unidos, queda convenido que las concesiones hechas por parte de la República de Cuba á los productos de los Estados Unidos también son, y continuarán siendo preferenciales, respecto de los productos similares de otros países; entendiéndose que — mientras esté en vigor esta convención— ningún azúcar importado de la República de Cuba y que fuere producto del suelo ó industria de la República de Cuba, será admitido en los Estados Unidos con reducción de derechos mayor del 20% de los que para el mismo fija la Ley de Aranceles de los Estados Unidos aprobada en 24 de Julio de 1897, y — mientras esté en vigor esta convención — ningún azúcar que fuese producto de cualquier otro país extranjero, será admitido por tratado ó convención en los Estados Unidos con derechos inferiores á los que dispone la Ley de Aranceles de los Estados Unidos aprobada en 24 de Julio de 1897.

ARTICULO IX. A fin de mantener las mutuas ventajas concedidas en el presente Tratado por los Estados Unidos á la República de Cuba, y por la República de Cuba á los Estados Unidos, se conviene que cualquier contribución ó derecho que pudiera ser impuesto por las Autoridades nacionales ó locales, de cualquiera de los dos países, á las mercancías comprendidas en las estipulaciones de este Tratado después que sean importadas en, y antes de pasar al consumo, de cualquiera de los respectivos países, serán impuestos y recaudados sin diferencia alguna respecto de los artículos similares de otros países.

ARTICULO X. Queda convenido que si por modificaciones que se introduzcan en los Aranceles de cualquiera de las dos naciones contratantes, queda la otra privada de la ventaja representada por los tipos por cientos convenidos, sobre los tipos de adeudo de los Aranceles hoy vigentes, la nación que resulte privada de dicha ventaja, se reserva el derecho de dar por canceladas las obligaciones que contrae con arreglo á este Tratado, á los seis (6) meses de haber notificado á la otra su propósito de darlo por anulado. Y asimismo, ha de entenderse y por el presente se conviene, que si en cualquier tiempo, mientras rija el presente Tratado, siempre que haya transcurrido un (1) año de estar en vigor, la protección que se concede á los productos y mercancías de los Estados Unidos, basada en los actuales tipos de adeudo del Arancel hoy vigente en la República de Cuba, resultase excesiva, á juicio del Gobierno de la República de Cuba, por haberse adoptado en ésta un nuevo Arancel, después de estar en vigor este Tratado, la expresada República de Cuba podrá iniciar negociaciones, con el

propósito de que se hagan aquellas modificaciones que se estimen justas y equitativas por ambas partes contratantes.

ARTICULO XI. El presente Tratado será ratificado por las autoridades competentes de los respectivos países, y las ratificaciones serán canjeadas en Washington, Distrito de Columbia, Estados Unidos de América, tan pronto como sea posible, antes del treinta y uno de Enero de mil novecientos treé; empezando á regir el décimo día después del canje de las ratificaciones, y continuará vigente por el término de cinco (5) años á contar desde el día que empieza á regir, y después de año en año hasta que una de las partes contratantes notifique á la otra su propósito de darlo por terminado; en este caso el Tratado sólo estará vigente hasta que haya transcurrido un año desde la fecha de dicha notificación.

Esta Convención no empezará á regir hasta que no haya sido aprobada por el Congreso.

En fé de lo cual los respectivos Plenipotenciarios lo firman y sellan por duplicado, en español y en inglés, en la Habana, Cuba, el día once de Diciembre de mil novecientos dos.

Por tanto: mando se publique y se le dé entero cumplimiento.

Habana, Palacio de la Presidencia, á 17 de Diciembre de 1903.

T. ESTRADA PALMA, Presidente.